

PNRA faz 1 ano com reforma agrária parada

A reforma agrária da Nova República está emperrada, mas a luta pela terra intensifica-se, apesar dos 200 assassinatos de posseiros em 1986. Página 6

A nova tática dos patrões contra greves

Em documentos oficiais e entrevistas, empresários expõem como pretendem conter o ascenso do movimento grevista. A tática patronal mistura "diálogo" com repressão pura e simples aos trabalhadores. Pág.7

Constituinte com vez e voz das mulheres

Apenas em 1934 houve participação da mulher (duas) na Constituinte. Mas 50 anos depois elas querem participação ativa na elaboração da nova Carta. Pág.5

EDITORIAL

Imposições dos EUA

O Brasil vive sob um *ultimatum* dos Estados Unidos. Na semana passada o presidente Reagan "determinou" que a política brasileira de reserva de mercado para a informática estava sujeita a retaliações e deu um prazo até 31 de dezembro para que o governo do Brasil cedesse às exigências americanas. Agora o representante da Casa Branca, Clayton Yeutter, formulou claramente os termos da ameaça: "Caso o Brasil não responda de modo satisfatório às nossas expectativas quanto à questão da informática, imporemos retaliações sobre os produtos brasileiros, com base na seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos".

A reserva de mercado para a informática foi oficializada por lei em outubro de 1984 e constituiu uma importante defesa da soberania nacional. A informática é hoje um setor de ponta fundamental para o desenvolvimento de um país. Os Estados Unidos pretendem investir em áreas ainda não ocupadas por empresas nacionais ou se associar às empresas brasileiras onde elas estejam operando. Como as empresas imperialistas são muito mais poderosas do ponto de vista econômico e dominam uma tecnologia mais avançada, a pretensão dos EUA é simplesmente esmagar a incipiente indústria nacional e assegurar um monopólio americano em nosso país.

A arrogância americana está ligada ao problema da dívida externa. Aproveitando-se de sua situação de credor, os EUA julgam-se no direito de falar como um imperador a seus súditos. Não é por acaso que estas pressões voltam à cena quando o Brasil recebe resistências ao FMI e pretende renegociar a dívida externa em condições menos desfavoráveis. É também o momento em que o país se prepara para eleger a Assembléia Constituinte. Os banqueiros internacionais fazem

pressão de fora para dentro e, ao mesmo tempo, tratam de utilizar o poder econômico para eleger constituintes que aceitem o monitoramento da economia pelo FMI e vejam com naturalidade as missões do Fundo vasculhando as contas nacionais e dando ordens às autoridades governamentais.

O governo Sarney tem adotado uma política vacilante em relação ao imperialismo. Oferece resistência em relação à dívida externa, embora não se disponha a suspender o seu pagamento. Por outro lado, na questão da informática recentemente aceitou o regime de direitos autorais para os programas de *software*.

As forças mais progressistas lançaram candidatos à Constituinte que exigirão do governo medidas mais enérgicas para proteger o país da agressão do capital estrangeiro. Os candidatos populares aproveitam a campanha eleitoral para esclarecer o povo, elevar seu nível de consciência e de mobilização. Um governo não tem condições de encaminhar uma orientação econômica e política independente se não tiver coragem de mobilizar o povo para a resistência patriótica. Somente em negociações de bastidores não é possível garantir a independência nacional.

Os candidatos populares lutarão para que na nova Carta Magna sejam inscritos dispositivos especiais que protejam a soberania nacional, que restrinjam a ação das multinacionais e dos capitais estrangeiros e que garantam reserva de mercado para setores essenciais como a informática. Além disto, nas suas disposições transitórias, a Constituição deve suspender o pagamento da dívida externa. O Brasil não pode aceitar as imposições do sr. Reagan e seus representantes. O país tem o direito de traçar suas próprias orientações e leis de forma autônoma e independente, sem receber ordens desaforadas de quem quer que seja.

Quéricia vai ao povo e vira o placar

Antônio Ermírio não tem razão quando responsabiliza a "máquina do PMDB" pela virada de Orestes Quéricia, agora favorito nas pesquisas sobre a sucessão paulista. Na sua análise falta a crise do boi, o caso Nitroquímica e a existência de um vasto eleitorado progressista em São Paulo. Leia na página 3



Aldo Arantes, do Bloco Popular do PMDB, preferido no encontro de 4 mil trabalhadores de 100 municípios

Voto camponês rompe currais

Trabalhadores rurais goianos apóiam candidatos avançados. Página 6



Foto: Allon S. Leite

Distribuição de faixas para comitês domiciliares no Jardim Peri, zona Oeste

Povo cede casas à campanha do PC do B

O último levantamento em São Paulo registra 7 mil comitês domiciliares das candidaturas comunistas, funcionando com uma faixa, algum material de campanha e muita vontade de trabalhar, na base do voluntariado, pelo êxito no dia 15. Última página

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grubis

"Rambo" é capturado na Nicarágua

Um dos "super-homens" norte-americanos contratados para derrubar o governo sandinista da Nicarágua foi derrotado. Na vida real, os "rambos" de Ronald Reagan não são invencíveis.

"O que está claro é que o governo dos EUA aparece comprometido com as ações terroristas ilegais, e aqui estão duas provas de peso: dois americanos mortos e um prisioneiro", afirmou no último dia 12, o presidente Daniel Ortega, referindo-se ao avião C-123, carregado de material bélico aos "contras", derrubado na semana anterior pelas forças sandinistas em território nicaraguense.

O avião de transporte - que segundo o governo sandinista era um aparelho militar, apesar de sua pintura de camuflagem - foi derrubado por um míssil terra-ar, a 140 Km de Manágua, na província de Rio San Juan, perto da fronteira com a Costa Rica. Segundo o Ministério da Defesa da Nicarágua, entre os restos do aparelho foram encontrados cerca de 50 mil projéteis para fuzis automáticos AK-47, lança-granadas e botas de combate. Dos quatro tripulantes - três norte-americanos e um quarto de nacionalidade desconhecida -, salvou-se apenas Eugene Hasenfus, que se lançou de pára-quadras, antes do aparelho espatifar-se no chão.

Hasenfus, cidadão norte-americano de 45 anos, ex-marine, disse que aquela viagem de abastecimento aos "contras" fazia parte de uma operação em grande escala coordenada pela CIA. O mercenário norte-americano - que afirmou ganhar

3 mil dólares mensais (cerca de Cz\$ 78 mil) - confessou ter realizado dez vôos semelhantes: quatro a partir da base de El Aguacate, em Honduras, e seis partindo da base de Ilopango, em El Salvador. Na maioria desses vôos, segundo Hasenfus, os aviões foram pilotados por dois cubanos naturalizados norte-americanos: Ramon Medina e Max Gomez, de ligações notórias com o vice-presidente dos EUA, George Bush (ex-diretor da CIA).

Eugene Hasenfus afirmou ter sido contatado pelo piloto William Cooper (um dos norte-americanos mortos, o outro era Wallace Blayne Sawyer) para fazer algumas viagens à América Central (especificamente a El Salvador, na base de Ilopango) pela Corporate Air Services, empresa, segundo ele, ligada à CIA. Segundo o chefe do serviço secreto sandinista, capitão Ricardo Wheelock, documentos encontrados no avião derrubado comprovam as declarações de Hasenfus de que o C-123, ao sobrevoar a Costa Rica, comunicava-se com o aeroporto costa-riquenho de Los Chiles, para se orientar.

Wheelock informou também que um dos pilotos mortos, William Cooper; morava em San Salvador e que a ligação com esses agentes da CIA era feita pelo chefe da Força Aérea



Hasenfus, o espião capturado pelos nicaragienses, e o manual confeccionado pela CIA para promover atos anti-sandinistas

Salvadorenha, coronel Rafael Bustillo, que teria dado a Hasenfus uma credencial com a inscrição: Membro do Grupo USA - Cargo: Assessor".

CÚMPLICES IANQUES

Logo após a captura do mercenário, o governo sandinista - através do secretário-geral do ministério do Exterior, Alejandro Bendana - manifestou sua intenção de apresentá-lo à

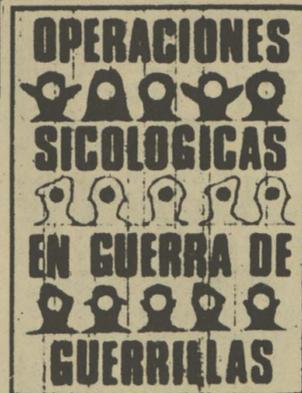
imprensa: "Queremos que o povo norte-americano tome conhecimento desse envolvimento direto dos EUA numa guerra que já custou a vida de 15 mil nicaraguenses" (referindo-se à luta desencadeada pelos "contras" há cinco anos para derrubar o governo sandinista).

Em mensagem enviada à ONU, o chanceler nicaraguense Miguel d'Escoto afirmou que "Honduras e Costa Rica são os principais cúmplices e co-autores da agressão contra a Nicarágua". Quanto aos EUA, "todos sabemos que o engano e a mentira, juntamente com a ameaça e o uso da força, são instrumentos essenciais do governo Reagan". D'Escoto acrescentou também em sua nota que "os documentos encontrados no avião derrubado desmascararam outra grande mentira: El Salvador, longe de ser o país vítima que o governo dos EUA afirma que é, constitui uma das principais bases da agressão imperialista contra a Nicarágua".

"GRUPOS PRIVADOS"

O governo norte-americano negou qualquer vinculação com as operações de abastecimento dos "contras", afirmando que elas são provavelmente realizadas por grupos privados - que a própria imprensa norte-americana afirma serem monitorados pela CIA.

Dentre esses grupos está a Liga Anticomunista Mundial, chefiada pelo general da reserva John Singlaub, que participou de uma comissão especial do Pentágono, de abril de 1983 a



outubro de 1984, destinada a formalizar as táticas da nova política norte-americana de desestabilização de governos: a "guerra de fraca intensidade", onde estão incluídas as operações encobertas da CIA.

Em meados de 1984, quando o Congresso norte-americano proibiu a ajuda oficial aos contras, o presidente Reagan aprovou um plano secreto - divulgado posteriormente pela imprensa - foi substituir os fundos da CIA pela ajuda de cidadãos norte-americanos e de países aliados como a Coreia do Sul, Israel e Formosa. A CIA e o Pentágono, obviamente, continuaram coordenando as operações, através das várias siglas de "entidades privadas".

Além de Reagan, inúmeras outras autoridades norte-americanas vieram a público para manifestar o total desconhecimento das operações secretas de abastecimento aos "contras", a ponto do jornal "The New York Times" comentar em editorial que "deve passar pela mente do leitor que os americanos aprendem mais sobre verdade com Manágua do que com Washington", porque o governo dos EUA "produz informações capciosas".



Gordon, do CNI à Junta

Cambalachos de Pinochet não resolvem crise política

O general Pinochet promoveu no início do mês mudanças na cúpula militar chilena, reformando nove generais e substituindo o representante do exército na Junta Militar que governa o país há 13 anos. Entre os militares que passaram para a reserva está o comandante da província de Magallanes, general Luis Danus, que há um mês condenou publicamente o assassinato do jornalista José Carrasco.

O afastamento de Danus, decidido na reunião da alta cúpula militar do dia 1º, não chegou a ser uma surpresa. Há cerca de um ano ele vem defendendo a abertura do diálogo com a oposição, divergindo da linha oficial ditada desde Santiago por Pinochet. Em setembro, depois de se pronunciar publicamente exigindo a apuração do assassinato do jornalista José Carrasco, encontrado morto dias depois de ser seqüestrado de sua casa por agentes de segurança, Danus voltou à carga, pedindo a suspensão do estado de sítio na área sob sua jurisdição.

Tanto a movimentação do general Danus como as mudanças na alta oficialidade chilena parecem estar ligadas à sucessão presidencial prevista para o ano que vem. Pela Constituição de 1980, redigida pela Junta e aprovada em um plebiscito, realizado sob o estado de sítio, o mandato do general Pinochet se encerra em 1989. Caberá à Junta apresentar em 1987 um candidato único, que será submetido a um plebiscito e, se aceito, governará o país até 1998.

O desgaste do regime militar chileno, interna e externamente, parece motivar setores das forças armadas e considerar a idéia do afastamento do general Pinochet ao final do atual mandato. Com suas colocações, o general Danus estaria procurando se credenciar junto aos setores moderados da oposição para ser uma espécie de "presidente da transição".

CONTINUÍSMO

Na primeira semana do mês, dois integrantes da Junta pronunciaram-se no mesmo sentido do general Danus. Os comandantes de Marinha, almirante José Toribio Merino, e da Aeronáutica, brigadeiro Fernando Matheí, responderam positivamente a um apelo do presidente da Democracia Cristã, Gabriel Valdés, pela abertura de negociação entre a AD (bloco conservador encabeçado pela DC) e o governo.

A resposta de Pinochet parece deixar claras suas intenções. Além de passar para a reserva o general Danus, o ditador chileno anunciou no dia 8 passado a substituição do representante do exército na Junta. No lugar do general Julio Canessa entrou o até então chefe da CNI (Central Nacional de Informações, que coordena a repressão no Chile), Humberto Gordon. Ao que tudo indica, Pinochet escolheu a dedo um de seus mais fiéis colaboradores para dar um sinal aos demais membros da Junta e para a AD: pretende ser "reeleito" em 1989. (Pedro Ivo)

Rede de intrigas anti-sandinistas

Embora a imprensa e alguns parlamentares norte-americanos estejam criticando o "suposto envolvimento direto" do governo dos EUA nas operações de abastecimento aos "contras" esse envolvimento já existe desde 1981, e nos últimos três anos com o aval do Congresso.

Um pequeno histórico da ajuda oficial dos EUA à contra-revolução nicaraguense: em novembro de 1981, o Conselho de Segurança aprovou a quantia de 19 milhões e 950 mil dólares para a realização de "ações encobertas"; em dezembro de 1982 foram concedidos mais 30 milhões; em dezembro de 1983, o Congresso aprovou a verba de 24 milhões para "apoio direta ou indireta" a apoiar direta ou indiretamente as ações militares dentro da Nicarágua; em junho de 1985, os parlamentares aprovam mais 27 milhões de ajuda "humanitária" e final-

mente em agosto deste ano, o Congresso concede 110 milhões de ajuda militar aos somozistas que Reagan chama de "combatentes da liberdade".

Por outro lado, a derrubada do avião pelos sandinistas não é a primeira comprovação do envolvimento direto dos EUA na tentativa de desestabilizar o governo nicaraguense (embora dessa vez tenham sido pegos com a mão na botija). Em 1984, por exemplo, depois que vários barcos nicaraguenses tinham sido afundados, veio à tona a verdade: a CIA, com a aprovação de Reagan, havia colocado minas nos principais portos da Nicarágua. Em outubro do mesmo ano, novas revelações na imprensa norte-americana: o manual de "Operações Psicológicas em Guerra de Guerrilha", amplamente distribuído aos "contras", era de autoria

da CIA. Em agosto de 1985, o governo sandinista prende um grupo antisandinista com 400 quilos de explosivos destinados à realização de inúmeros atentados terroristas, em várias cidades do país. Revelação dos "contras": haviam sido treinados por conselheiros norte-americanos, em um acampamento em Honduras. Outra importante figura da administração Reagan, Jeanie Kirk Patricki, logo que deixou seu cargo de representação dos interesses imperialistas ianques na ONU, assumiu o comando de uma campanha de arrecadação de verbas para financiar os "contras" através do jornal do "reverendo Moon", um charlatão, anticomunista até a medula, que se presta a esses serviços para agradar a Casa Branca. Esses são apenas alguns dos envolvidos "encobertos" do governo norte-americano no ataque pequeno ao país vizinho.

"A Albânia é um exemplo internacional"

Em setembro o famoso compositor grego Mikis Teodorakis, autor do tema do filme "Zorba, o grego", visitou a Albânia. Lá, concedeu uma entrevista à televisão albanesa, reproduzida pelo jornal "Zeri Popullit" (A voz do povo), onde afirmou:

"Sou um desses gregos que sempre acompanharam com grande interesse tudo o que ocorre na Albânia. Confesso que já sabia um pouco o que encontraria aqui.

"Sei que tudo que se passa na Albânia tem uma importância

mundial, já que, embora tendo um povo numericamente pequeno, este país decidiu viver contando sempre com suas próprias forças. Desta forma, cria um precedente, um exemplo internacional, dizendo a todos os povos: contem com suas pró-

prias forças, porque dizer que um povo não pode sobreviver sem apoio, sem créditos estrangeiros, não passa de um mito.

"Conheço a Albânia desde antes de sua revolução e sei que era um dos países mais pobres do mundo. Atualmente, passados tantos anos, constato que os albaneses realizaram o que há de mais importante: podem sobreviver, progredir e aprender. A Albânia lançou os alicerces de sua vida. Mas com que base? Apoiada sobretudo nas próprias forças. E o que me leva a falar com reverência é o fato de que tudo que é feito aqui pertence a vocês, não é donativo, nem empréstimo. A Albânia não

depende de ninguém. Penso que para estar em regra, ativo e independente, o homem não deve estar endividado e precisa ter uma vida honesta. É o que ocorre na Albânia. Eu já sabia disto e estou feliz de constatá-lo com meus próprios olhos.

PRODUÇÃO MUSICAL

"Fiquei muito emocionado e feliz ao ver minhas obras interpretadas junto com as de autores albaneses num programa que apresentava sinfonias e as músicas populares. Também percebi que os músicos albaneses têm uma excelente produção, no mesmo nível que de outros países. E esta é uma das realizações

da Albânia contemporânea, porque há 30 ou 40 anos não havia nada disto. Acho que vocês estão no caminho certo, porque neste país se desenvolvem as músicas tradicionais, contemporâneas, obras sinfônicas etc. Mas com uma diferença: aqui não se copia tudo o que se faz no exterior.

"Gostaria de falar também sobre o agradável encontro que tive com o dirigente de vosso Estado e de vosso partido. Eu sei que ele está ocupado com muitos e importantes problemas. Por isso esse encontro foi uma grande honra prestada não apenas à minha pessoa, mas também a mim como representante da geração da resistência grega.

VETERANO ANTIFASCISTA

"Eu participei da guerra em 1942, portanto sou um veterano da luta antifascista. Combatei o mesmo inimigo, os fascistas italianos, alemães, os instrumentos da Gestapo, os reacionários fascistas. Os albaneses e gregos, sempre no mesmo front. Creio que a luta travada por um ajudou a luta do outro. E Ramiz Alia personifica esta mesma geração e provavelmente temos a mesma idade.

"O que mais me tocou nele, além das qualidades e virtudes de um dirigente de partido, foi sua grandeza natural, sua vasta erudição, sua cordialidade. Isso prova que ele é filho do povo, que ele não abandonou a simplicidade e o calor humano por causa de seu cargo. São qualidades que caracterizam os verdadeiros revolucionários, os verdadeiros dirigentes".

Viagem ao país das águias

Os atrativos turísticos albaneses estão sendo descobertos pela imprensa brasileira. Na sua edição de 9 de outubro, o jornal "Folha de S. Paulo" publicou o artigo "Albânia, o pequeno país das águias", do jornalista Alexandre Kadunc. Anteriormente também o jornal "O Globo", do Rio de Janeiro, havia publicado matéria semelhante.

Kadunc, em seu artigo, fala de Tirana, a capital, onde os "edifícios são sólidos e pesados e as largas avenidas esculpulosamente limpas e muito bem arborizadas, com dezenas de bares ao ar livre, que oferecem o excelente conhaque "Skanderbeg" e uma

ampla carta de vinhos. A alimentação é forte, farta e barata, ressaltando as carnes apimentadas, queijos e grãos".

Mais adiante, continua o articulista: "Uma sugestão para o turista é visitar também as cidades medievais de Gjirokastra, Berat e Butrinti, patrimônios históricos da época paleolítica.

"Banhada pelos mares Adriático e Jônico, a Albânia conta com uma razoável infraestrutura hoteleira, tanto no litoral como nos Alpes ou na região dos lagos paradisíacos, onde a pesca de trutas é abundante", acrescenta o jornalista.



Gjirokastra, a cidade museu albanesa, é uma das atrações do país

As razões da reviravolta pró-Quércio

A disputa pelo governo paulista viveu durante a semana mais uma dessas reviravoltas que fazem dela a mais emocionante do país - além de ser a mais importante. Depois de Paulo Maluf e Antônio Ermírio de Moraes, é Orestes Quércio que aparece agora como o favorito nas pesquisas. A que se deve esta drástica mudança em favor do candidato peemedebista?

Antônio Ermírio de Moraes, o candidato do PTB, agora desbancado para o segundo lugar, vinha explicando a ascensão de Quércio com base no poderio da "máquina do PMDB". Esta, contudo, é no máximo uma meia-verdade. É fato sabido nos meios políticos (embora nem sempre tornado público) que boa parte da máquina peemedebista emigrara para a candidatura Ermírio, em julho e agosto. O fenômeno se verificava desde as candidaturas a deputado estadual até aquelas ao Senado. Atingia em cheio a própria cidade de Campinas, berço político de Quércio, onde o prefeito Magalhães Teixeira "ermirou" publicamente. Afetava ainda o governo estadual, onde secretarias inteiras torciam por Ermírio.

Essa migração mudou de sentido, mas apenas nos últimos dias de setembro, quando as pesquisas já registravam o crescimento de Quércio. A reunificação peemedebista, com a volta dos filhos pródigos, não foi portanto causa, mas consequência. Além disso, até o momento é apenas parcial. A única força que trabalhou unida e permanentemente por Quércio foi o PC do B.

A BANDEIRA DO BOI

Atribui-se peso, igualmente, à decisão do governo federal de aplicar a Lei Delegada nº 4 em represália a alguns latifundiários que escondiam bois gordos. A medida vinha sendo reclamada todos os dias por Quércio, no horário eleitoral pela televisão. E deve ter jogado seu papel. O comportamento do Palácio do Planalto frente à sucessão paulista, contudo, vinha sendo ambíguo. Alguns ministros, como Almir Pazzianotto e Dante de Oliveira, pronunciaram-se por Quércio, ao passo que outros, como Marco Maciel, trabalhavam por Ermírio. O SNI, agora intrometendo-se também na área das pesquisas eleitorais, torpedeou Quércio. Quanto ao presidente Sarney, declarou através de seu porta-voz oficial Fernando César Mesquita que "Quércio é o candidato da Aliança Democrática e sempre foi o meu candidato". A declaração, no entanto, é de terça-feira dia 15, quando as pesquisas já atribuíam o primeiro lugar ao candidato do PMDB.

Quércio soube, isto sim, descobrir na exigência de aplicação da Lei Delegada um filão eleito-

ral capaz de aproximá-lo do povo. Jogou pesado neste ponto. Porém usou também seus 19 minutos do horário gratuito para fazer um discurso de avanço, tem buscado as portas de fábrica da capital e da Grande São Paulo, sua a-camisa, faz comício-relâmpago, aperta incontáveis mãos por dia, aproxima-se dos setores populares - enfim, faz a campanha que em 1985 Fernando Henrique Cardoso não fez, confiado que estava na "mídia eletrônica".

A MÍDIA E A VIDA

Na realidade, a mídia, formada pelos monopólios da imprensa e das comunicações, tem respeitável poder de fogo (sobretudo em São Paulo) mas também não é onipotente. Foi capaz de projetar da noite para o dia o nome de Ermírio, porém agora sente dificuldade em sustentá-lo. A candidatura Ermírio, como a de Maluf, ressentiu-se seriamente com as denúncias de intoxicação de operários, trabalho semi-escravo e poluição do meio-ambiente provocando o nascimento de crianças defeituosas, em empresas industriais e agrícolas de seu império econômico. O candidato petebista pode até descer abaixo da cotação de Maluf, até o dia 15, já que boa parte de seu eleitorado se aglutinava em busca de um nome capaz de vencer o malufismo, e agora este nome é Orestes Quércio.

Este, por sua vez, ao galgar a primeira colocação corre também seus riscos, pois passa de estilingue a vidraça. Nos últimos dias já se concentravam sobre ele as baterias dos demais candidatos. Ermírio, que até ontem elogiava o governo Montoro e o PMDB, agora proclama-se "oposição" e lança deputados como Armando Pinheiro e Gastone Righi numa rajada de ataques coléricos a Quércio. Maluf, por sua vez, amarga o terceiro lugar mas não desiste. Sua esperança reside numa dispersão do voto antimalufista, francamente majoritário, entre vários candidatos que cheguem embolados no dia 15 de novembro.

Ainda assim, há uma lógica política mais estável no fundo do indefinido quadro sucessório paulista. O Estado mais populoso e desenvolvido do país tem, pelo menos desde 1974, um forte contingente eleitoral progressista, estribado numa classe operária numerosa na capital e



Foto: Altton S. Leite

Com as garras de fora

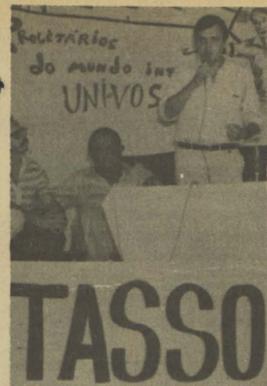
No último número da *Tribuna Operária* denunciamos as péssimas condições de trabalho nas fábricas de Antônio Ermírio (Nitroquímica) e de Paulo Maluf (Eucatex). Outras duas empresas do grupo Votorantim, do super-patrão Ermírio, foram denunciadas na semana passada por explorar e envenenar seus empregados. O PMDB de São Paulo fez um documentário sobre as usinas São José e Tiúma, em Pernambuco, onde trabalham 7.500 pessoas, mas, inexplicavelmente o TRE impediu que estas cenas fossem exibidas no horário eleitoral gratuito na televisão.

Por outro lado, vindo-se desgastados com as constantes denúncias de exploração em suas empresas, Maluf e Ermírio passaram a despejar

uma enxurrada de anúncios pagos nos jornais e TV sobre a Nitroquímica e a Eucatex. Nesta última, dois meninos, cujos pais trabalham na fábrica de Maluf, fazem comentários elogiosos da empresa. A Nitroquímica preferiu colocar no ar os elogios de aposentados. Enquanto isso os operários vão ter que voltar a respirar o ar contaminado na seção de fiação de rayon, pois, uma liminar judicial permitiu que a fábrica - recentemente interdita por falta de segurança - voltasse a funcionar como estava antes. Num anúncio de jornal, o grupo Votorantim ameaçou aqueles que denunciaram suas usinas de Pernambuco e se declarou no "direito de reagir por todas as formas". É o patrão botando as garras de fora.

Não há como atribuir à máquina do PMDB um avanço visto com maus olhos por tantos peemedebistas...

interior. Possui também uma diretiva organizada, que hoje se confunde com o malufismo, que se origina nas classes dominantes mas busca votos na periferia mais pobre e desinformada. E conta com uma ala conservadora mais "civilizada", expressões da burguesia paulista, poderosa e ambiciosa, inclusive na esfera federal. Em 1985, direitistas e conservadores se uniram, com Jânio, e venceram diante de um eleitorado progressista que se dispersou. Agora, se apresentam cada um por si, enquanto Quércio, antes tarde do que nunca, vai galvanizando os eleitores mais avançados.



Candidato é favorito

Coronéis entram em desespero no Ceará

Finalmente as porteiras dos currais eleitorais do Ceará foram abertas. Um jovem empresário, 37 anos, democrata, conseguiu, num espaço de dois meses, desmantelar o sistema viciado dos coronéis que há mais de 20 anos se alternam no governo do Estado. Tasso Jereissati, que no início da campanha foi taxado de amador pela trinca de coronéis, já detém a preferência de 47,8% dos votos contra 31,4% de seu principal adversário, o coronel Aduato Bezerra, candidato da coligação PFL/PDS/PTB.

Este levantamento foi feito pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Ceará, entrevistando 3.636 eleitores de 67 municípios. E os dados também são confirmados pela última rodada do Ibope.

AÇÃO DESESPERADA

O medo do julgamento final, em 15 de novembro, tem levado os coronéis a um desespero. Na tentativa de barrar o crescimento da candidatura pró-mudanças, integrada pelo PMDB, PDC, PC do B e PCB, os coronéis estão apelando para tudo, principalmente para o anticomunismo mais raivoso. Mas a campanha reacionária não tem surtido efeito. Segundo seu Gilo, 76 anos, líder político de Apuiates, "algumas pessoas ainda nos perguntam sobre essa história do Tasso ser comunista. Nós esclarecemos que ele está coligado com o Partido Comunista, mas que este não é responsável pelos males do país porque há mais de 20 anos é perseguido". (da sucursal)

Desvalorizado o cruzado, um novo golpe no congelamento

O governo promoveu na semana passada a primeira desvalorização do cruzado em relação ao dólar, da ordem de 1,8%. A cotação oficial da moeda norte-americana passou de Cz\$ 13,77 para Cz\$ 14,02 para compra e de Cz\$ 13,84 a Cz\$ 14,09 para venda. Tal modificação na taxa de câmbio constitui um furo a mais no congelamento dos preços e um foco de pressão sobre a inflação, que em setembro atingiu 1,72%, o mais alto índice desde março.

O propósito declarado pelas autoridades é elevar o volume de exportações do país, que vem declinando nos últimos meses, para garantir um superávit na balança comercial superior a 12 bilhões de dólares. Só desta forma ficará assegurado o pagamento pontual dos juros da dívida externa.

Entre os motivos da queda das vendas externas destaca-se a contínua deterioração das relações de troca, e em especial a redução do preço de algumas mercadorias, como a soja, de que o Brasil é um grande exportador. Conta, ainda, o aumento do protecionismo nas grandes metrópoles capitalistas e, internamente, o aquecimento da demanda.

A medida tem o objetivo de reduzir ainda mais os preços de nossos produtos no exterior como meio de torná-los mais competitivos. Na verdade, os preços atuais já estão relativamente baixos. A decisão poderá agravar a crise do abastecimento, uma vez que acarretará a redução da oferta interna de mercadorias.

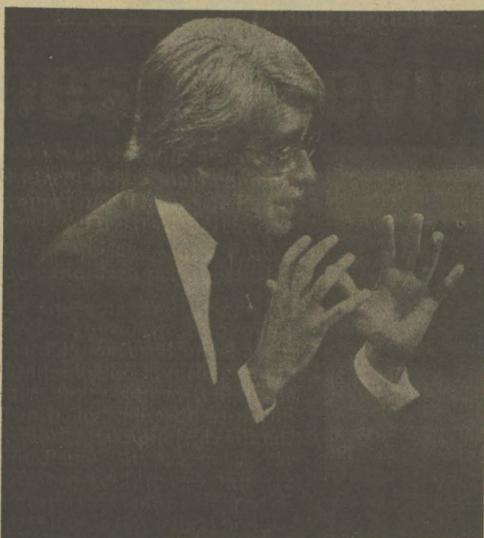
O brizolismo apela para a violência no Rio

Acirrou-se nos últimos dias a disputa sucessória no Rio de Janeiro, polarizada entre as candidaturas Moreira Franco, pela Aliança Popular Democrática, e Darcy Ribeiro pelo PDT. Numa grande reunião de cabos eleitorais do PDT, sexta-feira dia 10, um porta-voz brizolista ameaçava "não deixar" Moreira, o favorito nas pesquisas, fazer campanha nas ruas.

Na verdade a reunião não foi tão grande quanto se anunciava. O ginásio do Maracanãzinho, com menos de 15 mil presentes, estava com vários lugares vazios. Porém o clima estava carregado, como se pode avaliar pelas palavras de Jô Resende, vice-prefeito da capital fluminense: "A partir de agora, Moreira não sobe um morro, não visita uma favela, não entra num conjunto habitacional, não passa numa rua da Baixada Fluminense ou da zona Oeste. O povo não vai deixar e onde ele estiver nós também estaremos. O 'gato angorá' (como os brizolistas denominam Moreira) vai ter que nos enfrentar na rua" - disse o vice-prefeito.

MOREIRA NA FRENTE

A candidatura de Moreira Franco continua sendo a favorita, apesar de um crescimento do candidato do PDT nos últimos dias. Moreira conseguiu reunir em torno de si a grande maioria das forças democráticas do Estado. Ao todo são 12 partidos, cobrindo um espectro político que vai dos comunistas ao PFL, tendo o PMDB como aliança básica. Das forças que apoiavam anteriormente a candidatura de Nelson Carneiro ao



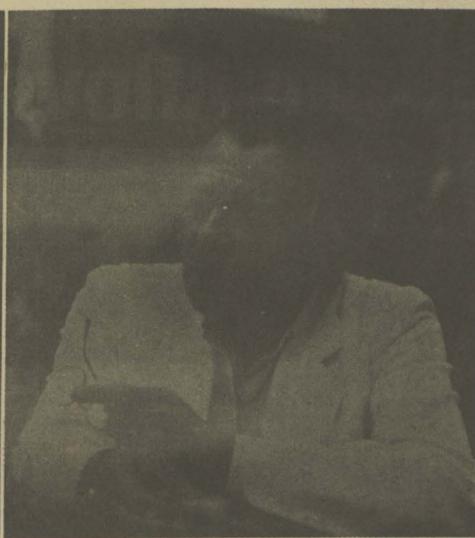
Fotos: Rogério Carneiro

A campanha, já polarizada entre Moreira Franco e Darcy Ribeiro (fotos) está acirrada

governo, apenas o Pasart de Aarão Streinbuch não se somou à Aliança Popular Democrática.

Do lado do PDT, no entanto, o quadro é de dificuldades. No início do ano, a avaliação geral era de que a candidatura lançada por Brizola seria imbatível no pleito para governador, qualquer que fosse o candidato. Hoje vê-se o candidato do PMDB manter a dianteira em todas as pesquisas que foram realizadas até aqui. O que mudou de lá para cá?

Os problemas do PDT na campanha não se resumem ao fraco desempenho do seu candidato Darcy Ribeiro. Existe também a erosão política do seu mentor, o atual governador Le-



nel Brizola. Além do desgaste administrativo, Brizola se expôs pela posição impopular e oportunista que assumiu quando da decretação do Plano Cruzado, colocando-se na prática contra o congelamento de preços. Mais recentemente, quando o povo exigia do governo federal a aplicação da Lei Delegada contra os sonegadores, Brizola se esmerou em procurar inocentar os grandes pecuaristas e responsabilizar o próprio Sarney pelo problema do abastecimento. O candidato Darcy usou seu tempo no horário gratuito da televisão e do rádio para afirmar que defender o confisco do boi gordo no pasto era "demagogia".

BRIZOLA COM PDS
Para evitar a derrota, Brizola

vem procurando fabricar uma falsa polarização na eleição entre uma pretensa "esquerda", liderada pelo candidato que ele designou no PDT, e uma pretensa "direita" encabeçada por Moreira Franco com o apoio dos comunistas. Só que esta peça não vem colando. Em primeiro lugar pela oposição concreta de direita assumida por Brizola em relação aos temas das grandes mudanças no país. Depois, porque grande parte dos quadros atuais do PDT ingressaram no partido este ano, oriundos do PDS. Dos 24 prefeitos do partido do Brizola no Rio, 21 foram eleitos pelo PDS. Mas independente dos rótulos de "esquerda" e "direita" que Brizola procura impingir, a elei-

ção vai mesmo se polarizando cada vez mais entre os candidatos do PMDB e do PDT. As candidaturas que procuraram se situar no meio campo entre os dois vêm perdendo cada vez mais espaço. É o caso da candidatura de Fernando Gabeira, pelo PT. Houve uma certa empolgação inicial, basicamente de setores da pequena burguesia, com a candidatura do Gabeira após o primeiro debate na televisão pela Rede Globo. Além de ter experiência de televisão, Gabeira se aproveitou do espaço dado pelos demais candidatos, que em momento algum o atacaram. Mas à medida que se instala a polarização entre Moreira e Darcy, a candidatura do PT empacou e já começa a declinar. Também entraram em franco declínio as candidaturas de Arnaldo Timóteo pelo PDS e de Aarão Streinbuch pelo Pasart.

Apesar da vantagem inicial de Moreira, a disputa eleitoral no Rio tende a ser muito acirrada. Brizola entrou pesado agora com a máquina administrativa do Estado em defesa do candidato do PDT. Diariamente, ele transforma a inauguração de novos Cieps em comícios a favor do seu candidato. A gráfica do Banerj está inteiramente à disposição do candidato do PDT. Com isso, a candidatura de Darcy tem registrado um certo crescimento, especialmente nas regiões da Baixada Fluminense e da Zona Oeste do Rio. Para confirmar sua vitória, a Aliança Popular Democrática tem de procurar politizar e popularizar mais a sua campanha, promovendo mais comícios, partindo para a disputa do voto no corpo nas áreas mais carentes do Estado.

Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício de Nassi



Aldo Arantes, ao microfone, recebeu o apoio de 4 mil trabalhadores rurais

Trabalhadores rurais definem seus candidatos

Organizados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaeg), mais de 4 mil trabalhadores rurais, provenientes de aproximadamente 100 municípios goianos, estiveram reunidos em Goiânia no último dia 10 para discutir a participação política dos camponeses nas próximas eleições. Na ocasião, eles definiram os candidatos que vão apoiar.

Com base nos critérios debatidos, os trabalhadores votaram unanimemente pelo apoio às candidaturas de Henrique Santillo, que concorre ao governo do Estado pelo PMDB; Iran Saraiva (PMDB) ao Senado; Aldo Arantes (PMDB), à Câmara Federal; Nicanor Rodrigues (PC do B) e Edmundo Galdino (PMDB) à Assembléia Legislativa.

REFORMA AGRÁRIA

Este foi um dos eventos mais importantes realizados pelos camponeses nos últimos anos em Goiás. Não só pelo considerável número de participantes, como também pela grande organização e elevado nível de conscientização evidenciados na iniciativa. O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de

Oliveira, esteve presente na abertura do encontro, que, por sinal, ocorreu no dia em que o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) completou um ano.

Os trabalhadores, tendo à frente Divino Goulart, presidente da Fetaeg, expressaram ao ministro o seu protesto diante do atraso na aplicação do PNRA. "Para este ano de 1986 estava previsto o assentamento de 13 mil e 500 famílias em Goiás. No entanto, até o momento, somente 34 famílias foram assentadas", destacou Divino. A extinção do Getat, órgão que está a serviço do latifúndio, foi outra exigência apresentada a Dante de Oliveira que, ao fazer uso da palavra, prometeu estudar as reivindicações que lhe foram apresentadas.

NÃO À UDR

Na discussão sobre o apoio aos candidatos, inúmeras lideranças de diferentes municípios do Estado manifestaram as suas opiniões. Todos concordaram que não deveriam votar em latifundiários ou candidatos a eles ligados, financiados pela UDR. Ressaltaram, ainda, a necessidade de analisar o passado dos candidatos, bem como suas lutas e as propostas que defendem presentemente. Para o candidato ao governo do Estado, foi elaborada uma pauta de reivindicações dos trabalhadores.

O deputado Aldo Arantes, visivelmente emocionado, ao agradecer o apoio que recebeu, reafirmou seu compromisso com a luta pela reforma agrária. Explicou ao senador Henrique Santillo que o apóia nas eleições para governador, mas acentuou: "meu compromisso maior é com os trabalhadores". Ao mesmo tempo, conclamou a todos para que lutem com determi-

nação pela eleição dos candidatos populares como forma de contrabalançar o poder dos candidatos endinheirados que se elegem comprando votos.

Também o senador Henrique Santillo agradeceu o apoio e comprometeu-se a lutar pela implementação da reforma agrária no Estado, se eleito, bem como distribuir as terras devolutas aos sem-terra. afirmou também que é o candidato "antioligarquia e anti-UDR", forças que se organizam "contra o progresso", fazendo uma clara alusão à candidatura de seu principal opositor, o senador Mauro Borges, que se aliou aos latifundiários goianos para tentar chegar ao poder.

Culminando com o encerramento do encontro, os trabalhadores percorreram as ruas centrais da cidade, portando faixas e cartazes e tendo à frente o deputado Aldo Arantes, gritando palavras de ordem a favor da reforma agrária e dos candidatos apoiados pelo movimento sindical rural. (da sucursal)

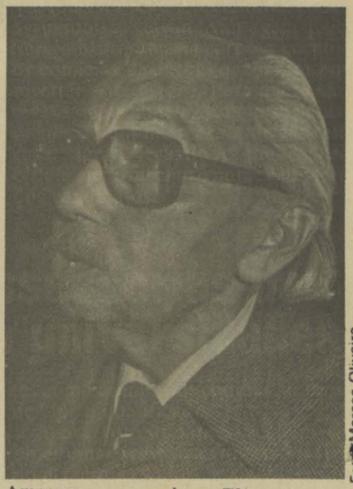
TRE censura PC do B e PMDB na televisão

O TRE de São Paulo se investiu com entusiasmo na função de censor do horário gratuito de TV para a propaganda política. Na semana passada censurou um apelo do presidente nacional do PC do B, João Amazonas, que não contrariava em nada as determinações legais. A voz de Amazonas aparecia em off e sua imagem só era mostrada no final numa cena de comício.

Eis a íntegra do apelo de João Amazonas: "Conclamo os trabalhadores das cidades e do campo, os estudantes, as mulheres, os jovens, os profissionais liberais, os artistas, os aposentados a votar nos candidatos do Partido Comunista do Brasil. Os parlamentares comunistas provaram na Constituinte de 46 ser os mais aguerridos lutadores em defesa dos interesses do povo brasileiro. Somente eles foram conseqüentes no combate ao latifúndio, aos monopólios imperialistas, à exploração do homem pelo homem. Defenderam a liberdade, inclusive a liberdade religiosa, exigiram os direitos sociais dos trabalhadores.

"O voto nos candidatos do PC do B é voto certo para mudar o Brasil, é voto contra o atual sistema de governo, contra o militarismo, contra o reacionarismo do judiciário, contra a ociosidade do Congresso, por um regime de liberdade, independência nacional e justiça social.

"Vote bem, vote nos candidatos do



Amazonas, censurado na TV

PC do B".

Também nesta semana o TRE impediu o PMDB de passar um documentário sobre as relações de trabalho e a poluição na fazenda de Antônio Ermírio em Pernambuco. O documentário mostra o depoimento de mães de crianças que nasceram deformadas devido à poluição por mercúrio e cloro. O PMDB anunciou que entrará com "medidas cabíveis" na Justiça Eleitoral para garantir o direito de exibir o documentário.

Pernambuco dá exemplo contra poder econômico

Um exemplo interessante de como enfrentar o poder econômico nas eleições tem sido dado pela campanha de Miguel Arraes em Pernambuco. Todas as noites, brigadas de ativistas vão para os bairros de Recife para conquistar votos e nos fins de semana outras tantas se dirigem ao interior. Ao todo as brigadas mobilizam cerca de duas mil pessoas.

A "brigada da esperança" é a maior delas e pretende levar cerca de mil pessoas ao interior nos finais de semana. Existem ainda as brigadas "Portinari", de pintores de muro; "João Pernambuco", de músicos; "Olegário Mariano", de poetas; "Carlos Gomes", de música clássica; a brigada "jovem", além das brigadas de colagem e adesivos, e a brigada "porta a porta".

Na brigada "porta a porta" há um grupo de instrutores que preparam os militantes para responder às inúmeras indagações que surgem nas casas e

fornecer argumentos sólidos para justificar a candidatura Arraes.

O trabalho porta a porta foi iniciado desde meados de agosto. Os resultados são surpreendentes. Os ativistas calculam que cada pessoa visita em média 15 casas por dia. No final de três meses pretendem atingir mais de cem mil casas. Supondo que em cada casa existem em média três eleitores, terão sido 300 mil votantes contatados pessoalmente e com material político nas mãos.

Este tipo de atividade já foi testado com sucesso na campanha de Jarbas Vasconcelos para a prefeitura. Todas as pesquisas davam vantagem para Sérgio Murilo mas o corpo a corpo e os comícios de Jarbas acabaram por reverter este quadro. Para quem não teve a idéia antes, resta um pouco menos de um mês para ir de casa em casa, agora levando o modelo da cédula eleitoral com o nome e número dos candidatos.

Abolidas as assessorias de espionagem nas universidades

No mês passado os estudantes cearenses, por decisão de uma assembleia com cerca de 900 alunos, invadiram as dependências da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da Universidade Federal do Ceará. Eles lutavam para que fosse efetivamente aplicada uma portaria já existente, do Ministério da Educação, de 5 de agosto, acabando com estes aparelhos de espionagem nas universidades.

Como publicamos na **Tribuna Operária** nº 281, na ocasião a Polícia Federal acabou prendendo três universitários e tentou acusar os estudan-

tes como criminosos comuns, autores de "furto qualificado".

Agora os estudantes acabam de obter uma expressiva vitória. Através do decreto nº 93.314, assinado em 30 de setembro, o presidente José Sarney decidiu extinguir as Assessorias de Segurança e Informações "no âmbito das instituições federais de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação".

Sabe-se entretanto que estas ASIs existem em todos os ministérios. E que na cúpula desta pirâmide de repressão está o próprio SNI, que continua se intrometendo por todo lado.

É preciso mais coragem na caça ao boi

As desapropriações de boi gordo efetuadas pelo governo contaram com amplo apoio da população, conforme atestam lideranças populares entrevistadas pelo TO. Porém, as medidas adotadas tiveram alcance reduzido. E os fatos mostram que o exemplo não bastou. A escassez continua. A sonegação não é menor.

"É preciso agir com mais energia contra os especuladores", observa Oswaldo Ribeiro, presidente da CGT em São Paulo e também candidato a suplente de senador pelo PMDB. Em sua opinião, o governo agiu certo e tem o apoio dos trabalhadores, "mas está muito acanhado, medroso. No meu modo de entender, ele deveria ter entrado nos pastos dos grandes pecuaristas, o que na verdade não fez, e confiscado o gado inclusive sem indenizar, pois é um crime o que os fazendeiros estão fazendo".

ACANHAMENTO

São muitas as evidências de que o governo comportou-se de forma exageradamente tímida e vacilante em relação à desapropriação do boi. Na imprensa, o comentário geral dava conta de que quase todos os principais assessores do presidente Sarney eram contra a aplicação da Lei Delegada nº 4. Quanto às medidas, ficaram bem aquém das promessas. Divulgou-se que pelo menos 34 dos maiores pecuaristas do país seriam atingidos. Contudo, somente 2 mil cabeças foram desapropriadas e não exatamente dos que podem ser considerados grandes criadores.

O latifundiário Samir Jubran, dono de mais de 100 mil bois e um dos maiores responsáveis pela alta especulativa do preço da carne (detinha 80% dos negócios

com boi gordo na Bolsa de Mercadorias), não só saiu ileso como se permitiu a fazer ironia com os agentes da Polícia Federal enviados a uma de suas propriedades. Este senhor, que de quebra anda envolvido com contrabando de computador, ainda insinua que é um fã do Plano Cruzado e um colaborador do congelamento.

Os troços das autoridades neste empreendimentos não param nisto. Em São Paulo, a intervenção na fazenda da família Lunardelli foi um emaranhado de confusões em que há fortes indícios de sabotagens por parte dos funcionários da Polícia Federal e da Sunab. Errou-se até mesmo o nome da propriedade na ação movida na Justiça. Foram abatidos bois com peso inferior a 15 arrobas. Tudo isto resultou em farta argumentação da UDR e da direita contra as desapropriações.

EXIGIR MAIS

Esses problemas revelam antes de mais nada as próprias contradições que caracterizam o governo neste enfrentamento. Como lembrou o diretor da UNE Gábio de Oliveira Araújo "quem está por trás da sonegação da carne são os grandes latifundiários, os mesmos que estão contra a reforma agrária. A crise de abastecimento vem beneficiando muito a UDR que, com os preços do boi no alto, pode arrecadar mais



A população engrossou a passeata nas ruas de Campinas

Povo apóia o confisco

O PMDB e o PC do B promoveram na manhã de sábado, dia 11, uma passeata no centro de Campinas, de apoio ao confisco do boi gordo e pela continuidade do congelamento dos preços. Participaram do ato Fernando Pupo, candidato a deputado federal pelo PC do B, Flávio Costa, Cécilia Monteiro e Rosângela Martinhago, candidatas a deputado estadual deste mesmo partido e Silvio Romero, coordenador da campanha de Orestes Quércia ao governo de São Paulo.

A passeata desceu a rua Treze de Maio com faixas e cartazes, sendo interrompida diversas vezes por mini-comícios onde os candidatos falavam à população. A palavra de ordem mais ouvida era "chega de roubar, o negócio é confiscar". O povo aplaudiu e engrossou a passeata durante todo o seu trajeto.

com seus leilões para financiar candidatos direitistas à Constituinte".

"Infelizmente", diz o operário Aurélio Peres, candidato do PC do B à Câmara Federal, "está ficando claro que o governo não quer comprar a briga para valer com os pecuaristas. Se fosse com a classe operária, contra os movimentos grevistas, ele teria botado prá quebrar. De qualquer forma, a des-

propriação repercutiu bem, foi muito apoiada pelos operários nas fábricas, e do ponto de vista eleitoral acabou beneficiando o candidato do PMDB ao governo do Estado, Orestes Quércia, e também os comunistas que sempre estiveram à frente do combate contra a sonegação, pedindo o confisco do boi. Mas nós precisamos exigir mais energia do governo neste caso".



Simão fala ao povo na inauguração do comitê de Oitizeiro, em João Pessoa

Cresce a campanha de Simão na Paraíba

À medida em que se aproxima o dia das eleições, cresce a campanha popular de Simão Almeida para a Assembléia Legislativa da Paraíba. Candidato do PMDB, Simão tem o apoio do PC do B, cujos ativistas dão um colorido especial à sua atividade de propaganda.

O forte da campanha de Simão é a marca popular, presente nas passeatas e comícios e nos diversos comitês instalados. Também pelo conteúdo combativo da sua campanha se diferencia dos demais. Suas propostas se identificam com as mais sentidas aspirações do povo paraibano. Simão defende que as terras úmidas das zonas secas sejam desapropriadas

para efeito de reforma agrária.

Em inúmeras cidades do interior têm acontecido debates e reuniões para a criação de núcleos de apoio à sua campanha mas o grosso de sua campanha desenvolve-se nos grandes centros. Em Campina Grande, onde faz dobradinha com Cássio Cunha Lima, candidatura jovem à Constituinte, já foram criados diversos comitês e núcleos de apoio.

Em João Pessoa a candidatura de Simão é uma das que mais tem crescido. Isto se deve em grande parte ao entusiasmo dos militantes do PC do B, incansáveis na atividade de contato direto com o povo e na formação de núcleos de apoio.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O boi e a luta pela terra

Até agora a luta pela reforma agrária estava ligada aos conflitos pela terra em todo o país. Agora um fato novo veio reforçar o argumento em favor de uma urgente transformação da estrutura fundiária. Os grandes donos de terra são também os grandes proprietários de bois. O latifúndio pode manipular com a vida do povo impedindo que a carne apareça na mesa dos brasileiros.

PODER ABSURDO

O fato não é novo. Apenas ficou mais claro o poder absurdo concentrado nas mãos dos latifundiários. O povo se revolta com a arrogância absurda dos grandes proprietários que se julgam no direito de deixar a população com fome como forma de pressão para obter preços mais elevados pela arroba do boi.

O boicote da carne só é possível num sistema apoiado numa elevada concentração da propriedade. E no conceito de que o privilégio da propriedade individual vale mais do que a vida da população.

A situação criada mostrou a todos como é urgente fazer valer os direitos sociais acima dos interesses individuais dos latifundiários. Revelou que a reforma agrária não é uma invenção abstrata mas uma exigência concreta e indispensável para garantir o progresso do país. Nem mesmo o congelamento dos preços de produtos básicos como a carne e o leite pode ter sucesso assegurado sem a reforma agrária.

NOVA CONSCIÊNCIA

A luta pela reforma agrária se viu portanto engrossada com a luta pelo congelamento. Mesmo o cidadão comum que jamais tomou consciência da necessidade da democratização da posse da terra, se viu despertado para esta realidade, seja pela compra de carne com ágio, seja pela simples falta do produto nos mercados.

O abaixo-assinado pelo congelamento, pela reforma agrária, pela suspensão do pagamento da dívida externa e pela punição dos sonegadores - iniciativa da CGT, Conam, UNE e UBES - ganhou com isto vida nova. Criou-se a possibilidade de se impulsionar uma nova vertente do movimento de massas engrossando a batalha pela reforma agrária.

O governo por sua vez tem vacilado em adotar medidas enérgicas. Aceitou isentar os pecuaristas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, fez um "acordo de cavalheiros" elevando o preço da arroba de Cz\$ 215 para Cz\$ 280, e só na semana passada fez uma investida desapropriando bois no pasto. Mas foi ainda uma iniciativa limitada, apenas para dar um exemplo e ver se os donos dos bois se decidem a colaborar.

A situação do país chegou a tal ponto que coisas relativamente simples, como é o caso do congelamento, ligam-se diretamente com questões estruturais da sociedade.

O congelamento da carne liga-se ao poder dos latifundiários e à luta pela reforma agrária. O congelamento dos remédios conduz ao boicote feito pelas grandes indústrias farmacêuticas que, por sua vez, são na quase totalidade controladas pelo capital estrangeiro.

(Rogério Lustosa).

ERRATA - Na edição passada houve um evidente erro gráfico no quinto parágrafo desta coluna. O correto é: A disciplina e a organização, a subordinação da minoria à maioria, são componentes da forma que permite realizar o conteúdo revolucionário do partido.

DE OLHO NO LANCE

O mesmo SNI

Acaba de ser revelado mais um escândalo envolvendo o SNI. Desta vez foi descoberto o envolvimento deste sinistro órgão de informações e de tortura num caso de loteamento clandestino em Brasília. No caso está envolvido também o antigo ministro chefe da Casa Militar, general Danilo Venturini. Alguns dos terrenos estavam inclusive em área já desapropriada, que seria alagada por uma represa. Mas por tramóias de bastidores a cota da represa foi rebaixada, valorizando as terras.

Tem sido feito o maior esforço para dizer que o SNI em questão é aquele do período do general Figueiredo. Como se o atual fosse uma coisa boa, incapaz de se meter em falcaturas.

Mas o povo não se engana tão facilmente. O SNI de hoje é uma continuidade daquele da ditadura, é uma herança do regime militar que a Nova República não teve capacidade de eliminar.

O SNI continua se intrometendo em greves, espionando a vida dos cidadãos e agora ainda se mete a fazer prévias eleitorais. É um instrumento de arbítrio nas mãos dos generais. Uma das questões importantes a ser debatida na nova Constituição é a extinção do SNI e de todos os órgãos deste tipo criados pela ditadura militar.

Mulher: uma força que deve ser ouvida na Constituinte

Se analisarmos as Constituições brasileiras podemos ter uma idéia da participação das mulheres na vida política, econômica e social do país. A Constituição imposta pelo imperador Pedro I em 1824 estabeleceu o voto censitário, excluindo da cidadania brasileira trabalhadores e escravos, que não podiam ser eleitores nem ocupar cargos públicos. O sistema de votação, portanto, diferenciava as pessoas por suas posses, conseqüentemente as mulheres - em sua maioria donas-de-casa ou escravas - foram marginalizadas do processo e simplesmente ignoradas na lei maior. Para a Assembleia Constituinte de 1981 não votou nem foi eleita nenhuma mulher. Nessa época já haviam surgido as primeiras organizações femininas que lutavam pelo direito à instrução e ao voto. Publicações como o "Jornal das Senhoras", "O Quinze de Novembro do Sexo Feminino", "O Echo das Damas" e a revista "A Família" expressavam a revolta das mulheres com a condição de inferioridade imposta a seu sexo. A questão do voto feminino suscitou debates e as mulheres apelaram aos constituintes "...queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e ser eleitas como os homens, em igualdade de condições". Mas seu nível de organização não foi suficiente para barrar tabus e preconceitos sociais e a Constituição ignorou-as mais uma vez como cidadãs, negando-lhes o direito ao voto.

As mulheres passam à ação organizada

Mas o desenvolvimento da indústria, do comércio, a crescente absorção da mão-de-obra feminina nas fábricas e o fato das mulheres de classe média começarem a sair de casa para trabalhar como professoras, enfermeiras, telefonistas, advogadas e balconistas vão contribuir para alterar essa situação. Cada vez mais conscientes da necessidade de conquistar a sua cidadania, as mulheres não só intensificaram a divulgação de suas idéias através dos órgãos de imprensa, como passam a ação organizada, realizando manifestações de rua como a passeata de 84 sufragistas no Rio de Janeiro, liderada por Leolinda Dalto em novembro de 1917. Nesse mesmo ano, operárias do Cotonifício Crespi, em São Paulo, dão início a uma greve geral, exigindo a jornada de 8 horas (era de 14) e salários iguais aos dos homens. Surge então o jornal "Anima Vita", dedicado a divulgar as reivindicações da mulher trabalhadora. Em 1922 é criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, com o objetivo de organizar melhor a luta pelo voto feminino. A presença da mulher no mercado de trabalho e nas lutas já não pode ser ignorada. Elas se destacam em todos os ramos de atividades. Anita Malfati, Tarsila e Pagu já eram respeitadas como artistas de vanguarda e Anésia Machado tornara-se a primeira aviadora do Brasil. Toda essa evolução vai se refletir na Constituição de 1934, que assinalou importante avanço na conquista da cidadania das brasileiras. Foi ela que consagrou o princípio da igualdade entre os sexos, o direito do voto feminino e garantias de proteção ao trabalho da mulher. Não por acaso também esta foi a primeira e única Constituinte que contou com uma mulher. Além disso, dentre os 40 delegados classistas, foi eleita mais uma mulher, Almerinda Gama. A autoridade da Constituição de 1937, a conhecida "polaca" do Estado Novo, suprimiu a referência expressa à igualdade jurídica de ambos os sexos, retornando à fórmula genérica das Constituições brasileiras promulgadas no século anterior. Já a de 1946, formulada em clima de maior liberdade e com certa participação popular, apesar de ter acrescentado a previdência em favor da maternidade, rejeitou o direito ao divórcio da mulher. Além do mais, embora a igualdade jurídica entre o homem e a mulher ficasse firmada como um preceito constitucional, as leis ordinárias o têm desrespeitado.

O Código Civil é um exemplo flagrante de tratamento desigual entre o homem e a mulher, ao atribuir ao marido a direção da sociedade conjugal, o direito de fixar o domicílio da família, o direito de administrar os bens do casal e o direito de decidir em casos de divergência. O princípio constitucional do salário igual para trabalho igual também

não é respeitado e os patrões encontram mil artifícios para dar uma remuneração inferior à mão-de-obra feminina. No caso das horas-extras, por exemplo, enquanto são pagas aos homens como "remuneração adicional", às mulheres o são como "compensação". A CLT não assegura estabilidade à gestante nem o direito à creche. É real a dificuldade de acesso a cargos de chefia. As mulheres do campo não são respeitadas como força de trabalho, ganham menos que os homens e não têm direito à aposentadoria ou título de posse da terra. As empregadas domésticas não dispõem de muitos direitos já adquiridos pelas demais trabalhadoras. O Código Penal por sua vez inclui o estupro e outros tipos de agressão sexual à mulher no título que define os crimes contra os costumes, como se a mulher não fosse atingida na sua integridade física e psicológica. Por outro lado, considera o aborto como crime, quando cerca de 4 milhões de brasileiras o praticam anualmente.

Discriminação em todos os setores

Mas se as leis não avançaram e as mentalidades retrógradas resistem, o mesmo não se pode dizer da força da mulher brasileira na sociedade, que emerge impetuosa, ocupando um espaço cada vez maior no mercado de trabalho, nas greves, nas mobilizações populares, nas lutas por suas reivindicações específicas, no debate político das questões cruciais que a nação enfrenta. Na última década, dobrou a presença da mulher no mercado de trabalho, passando de cerca de 6 milhões em 1970 para mais de 16 milhões de trabalhadoras em 1983. A proliferação de Uniãos e Centros Populares de mulheres, clubes de mães e outras formas de organização, as conquistas no plano institucional como os Conselhos da Condição Feminina e as Delegacias de Defesa da Mulher são reflexos da crescente mobilização das mulheres por seus direitos e que vem contagiando as parcelas mais oprimidas e discriminadas como as operárias, trabalhadoras no campo, as empregadas domésticas.



Almirinda Gama (acima) e Carlota Pereira (ao lado), as constituintes de 1934.

Todo esse despertar vem explodindo com entusiasmo no processo constituinte. Cartilhas, cordéis, encontros, constituintes simuladas se multiplicaram, chegando até os rincões mais longínquos do país, com as mulheres formulando suas propostas e exigindo que a sociedade as encare como cidadãs e crie na Constituição mecanismos para barrar as discriminações de que ainda são vítimas.

A nova Constituição terá de espelhar as mudanças ocorridas nas relações familiares, onde muitas mulheres têm responsabilidade igual ao homem na sua manutenção. Muitas outras já fazem opção por serem mães solteiras e enfrentam com coragem situações em que o homem não assume a paternidade dos filhos. Hoje a família não pode ser considerada apenas aquela instituída pelo casamento legal. Existem de fato várias formas de união: entre



personas solteiras, entre solteiros e separados, entre separados. A nova Constituição deverá conter uma definição mais ampla da família como "união estável de fato ou de direito entre o homem e a mulher" com a proteção do Estado. Por outro lado, a própria realidade decreta o fim do pátrio poder que deve ser substituído pela autoridade parental, onde os cônjuges têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e à manutenção e educação dos filhos. Esta Constituição, elaborada em clima de liberdade, não pode fazer como a de 46, que negou o direito ao divórcio. O casamento deve se basear no livre consentimento entre o homem e a mulher e não pode ser admitido nenhum procedimento que aberta ou veladamente obrigue a mulher a um matrimônio não desejado. O número de separações cresceu, mas se nas grandes capitais a mulher separada sofre menos, no Nordeste ou no interior do Brasil ela é alvo de preconceitos absurdos, tendo casos em que o pai passa a ignorar a filha separada, por considerá-la prostituta. O divórcio reconhecido vem amparar legalmente o homem e a mulher que pretendem reconstruir nova vida a dois e quem sabe, contribuir para acabar com os tabus em relação à mulher separada.

Novas relações com os homens

O surgimento da pílula anticoncepcional, por volta da década de 60, teve repercussão na vida da mulher, colocando-lhe a possibilidade de fazer uma opção mais consciente e segura da maternidade, ampliando sua oportunidade de trabalhar fora, de desenvolver sua sexualidade de forma mais plena sem o medo de uma gravidez não desejada. Mas o capital estrangeiro vem tentando manipular, sobretudo nos países dependentes e atrasados, a aspiração das mulheres de poder escolher o número de filhos que pretendem ter. Exige para a concessão de empréstimos a garantia de que o governo recebedor implante o controle da natalidade, como fez o FMI no Brasil. E não é só isso, atua à margem da rede oficial de saúde, através de injeções de dólares e medicamentos nas clínicas particulares de "planejamento familiar", tipo Bemtam, fazendo as mulheres brasileiras de cobaias de anticoncepcionais em fase de experimentação. Isto quando não esteriliza criminosamente as brasileiras, sobretudo no Norte e no Nordeste. Recentemente foram descobertos, na Universidade do Amazonas, caixas e caixas de instrumentos de esteriliza-

ção (laparoscópios) parte de um plano visando esterelizar 2.500 mulheres do distrito industrial de Manaus. A nova Constituição deve garantir à mulher o direito de conceber, evitar ou interromper a gravidez não almejada. Mas também registrar que o ato de concepção é voluntário e consciente, bem como o da contracepção, que não podem ser impostos à mulher sob qualquer forma. Para isso é preciso que o Estado propicie assistência à saúde da mulher e garanta seu acesso à informação sobre os diversos métodos contraceptivos.

Outra questão fundamental para que a mulher avance em sua participação na vida política, econômica e social é a criação de condições que lhe permitam conjugar o trabalho com a maternidade, sendo esta encarada como função social, de responsabilidade do conjunto da sociedade e não apenas da mulher. Nesse sentido, a Carta Magna deverá colocar como obrigação do Estado implementar ampla rede de creches, de serviços materno-infantis. Essa reivindicação antiga do movimento de mulheres deve constar como preceito institucional, pois é fundamental para a liberação da mulher para o trabalho.

A violência crescente que se abate impunemente contra a mulher também, merece tratamento constitucional para que a sociedade passe a encará-la com seriedade. O surgimento das Delegacias das Mulheres foi o resultado da mobilização das mulheres para barrar esse fantasma assustador dos estupros, dos espancamentos e assassinatos presente nas ruas, mas também nos lares, praticados por pais, maridos e namorados. É necessário que a violência física e sexual contra a mulher seja punida como crime contra a pessoa e não contra os costumes como é considerada hoje no Código Penal.

Os avanços conquistados pela mulher, sua presença marcante em todos os setores de atividade, impõem que a sociedade a encare com novos olhos. Para isso é preciso que o Estado incentive a divulgação de uma imagem moderna da mulher como cidadã, trabalhadora responsável pelos destinos da nação em igualdade de condições com os homens, não admitindo nenhum proceder, em qualquer esfera, que humilhe a mulher e comprometa sua personalidade. Dando a essa questão força constitucional estaremos atacando um dos pilares que as forças do atraso lutam para manter a mulher como simples objeto de cama e mesa, estimulando inclusive a violência contra ela, que é vista como submissa e inferior, inca-

paz de reagir às agressões injustas. Os meios de comunicação, os livros didáticos, a cultura e o ensino em geral precisam ter um novo conteúdo que reflita essa nova imagem da mulher que constrói lado a lado com o homem um futuro melhor para o povo e a nação, enfim que reflita a realidade da mulher de hoje disposta a romper com os preconceitos seculares que a discriminam e impedem de ocupar o espaço que lhe é devido na sociedade.

Uma nova imagem na sociedade

A Constituição, como todas as leis, visa de um lado refletir a realidade, e por outro deve conter premissas para que essa realidade evolua rumo a um ideal melhor que se pretende atingir. O direito impositivo pode ser fator de avanço de uma realidade difícil de ser revertida. Por exemplo, ainda são excepcionais os casos de acesso da mulher a funções de maior importância da vida social. Não se encontra na história do Brasil um só caso de mulher que tenha tido acesso às funções de presidente da República, ministro do Supremo Tribunal Federal ou de outros tribunais superiores. Até mesmo o ingresso em carreira de maior projeção como a Magistratura e o Ministério Público, lhe é muitas vezes dificultado, senão vedado. Recentemente ocorreu em Recife o veto à inscrição de 26 advogadas ao concurso de juizes, simplesmente pelo fato de serem mulheres. Espontaneamente as mulheres jamais terão acesso a cargos dessa envergadura, uma vez que elas têm uma defasagem em relação ao homem devido às diferentes oportunidades, à falta de acesso à profissionalização, à educação diferenciada, à sobrecarga das tarefas domésticas, enfim devido a todos os preconceitos e pressões para que fique restrita aos domínios do lar. Portanto, a Constituição poderá incluir um item que determine a presença da mulher como obrigatória em todos os órgãos de direções das organizações sociais e políticas em que milita, bem como nas representações diplomáticas do país.

Estas são algumas questões fundamentais que dizem respeito à discriminação específica que a mulher sofre na sociedade pelo simples fato de ser mulher. Questões que podem ser agruadas em um capítulo dos direitos da mulher, onde fique acentuada a identidade da mulher e os princípios que devem norteá-la no seu acesso ao ideal de igualdade. Princípios estes com a força da garantia constitucional. (Ana Maria Rocha)

Lacunas na política da informática

"É necessário lutar para manter a reserva de mercado para a informática e conseguir algumas alterações na atual lei para garantir o desenvolvimento independente do país neste setor". Essas afirmações foram feitas pelo presidente da Associação Nacional dos Profissionais em Processamento de Dados, Jairo Cabral, em entrevista à TO.

Entre as modificações que se impõem na política para a informática, ele destacou a necessidade de estabelecer controles contra "a pirataria praticada por empresários que, no afã de obterem polposos lucros, contrabandeam tecnologia visando colocar no mercado produtos pretensamente mais competitivos que os equipamentos genuinamente nacionais". Ao lado disso, conforme afirmou, "é preciso investir maciçamente em pesquisa". Criticou também o dispositivo legal que permite a criação "dos famigerados distritos de exportação. É outra grave lacuna da lei", assegurou, comentando:

"Por este meio é possível a instalação de empresas multinacionais na área da Sudene e da Sudam cuja produção seria destinada exclusivamente ao mercado externo. Ora, o sistema capitalista na sua fase atual se caracteriza pelo expansionismo e as multinacionais, como braços avançados do imperialismo, seguramente criariam as condições para que seus produtos fossem consumidos internamente, minando assim a reserva de mercado".

Encontro de jovens reúne 8 mil na BA

Realizou-se na praia de Arembépe, no município baiano de Camaçari, nos dias 11 e 12 de outubro, o 1º Encontro da Juventude Baiana, organizado pela União dos Estudantes da Bahia (UEB) e União da Juventude Socialista (UJS). As 8 mil pessoas presentes, além de ouvir o som das melhores tendências da atual música baiana, se manifestaram politicamente, reafirmando o seu apoio ao candidato da aliança "A Bahia vai mudar" ao governo do Estado, Waldir Pires, que une as forças democráticas e progressistas para derrotar a oligarquia reacionária comandada por Antônio Carlos Magalhães. Também participaram diversos candidatos com larga influência na juventude estudantil e dos bairros de Salvador, entre eles Vandilson Costa, do PMDB, Javier Alfaya e Luís Nova, do PC do B.

O evento contou com o fundamental apoio da administração popular de Camaçari, através do prefeito Luís Caetano. (João Pimental, diretor cultural da UEB e Sidônio Palmeira, coordenador da UJS-Bahia)

Revolta deixa 2 mortos em Serra Pelada

Duas pessoas mortas e oito feridas foi o saldo do conflito entre garimpeiros e policiais no garimpo de Serra Pelada, no Sul do Pará, no sábado, dia 11. O estopim do conflito teria sido as irregularidades praticadas pela Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coogar) na distribuição de barracos para a exploração de ouro, contando com apoio das polícias militar e civil.

O tumulto começou quando um sargento da PM baleou e matou um garimpeiro, o que provocou a revolta de aproximadamente dois mil carregadores de cascalho, conhecidos por "formigas". A multidão enfurecida atacou o alojamento da Polícia Militar, havendo troca de tiros, morrendo mais um garimpeiro. Com o conflito os policiais se retiraram da área e aí os garimpeiros incendiaram e depredaram o alojamento da PM, e a Delegacia de Polícia.

Atualmente existem cerca de 30 mil homens trabalhando em Serra Pelada. Em agosto um grupo de garimpeiros com apoio do sindicato local enviou um documento confidencial ao governo acusando a direção da cooperativa de usar policiais para coagi-los a abandonar seus barracos e entregá-los a pessoas de confiança do presidente da cooperativa. O presidente da Coogar, ex-agente do SNI, pessoa ligada ao major Curió, redistribuiria estes barracos entre policiais e amigos, ficando com a metade do valor da produção. Neste clima estourou o conflito.

Conferência nacional discute a saúde e direitos da mulher

Realizou-se nos dias 10 a 13 de outubro em Brasília, a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher que teve como objetivo levantar os grandes temas e as graves questões de saúde da mulher brasileira e os seus direitos; e, à luz das conclusões da 8ª Conferência Nacional Constituinte, encaminhar o resultado do debate à Assembléia Nacional Constituinte. Participaram cerca de mil mulheres de todos os Estados do Brasil, sendo 600 como delegadas eleitas nas pré-conferências estaduais.

Dentre as inúmeras questões levantadas, o debate central foi polarizado em torno do aborto e direitos da reprodução humana. De um lado, as representantes da direita e da Igreja fazendo de tudo para evitar o aprofundamento da questão do aborto para que a Conferência não tomasse nenhuma posição favorável a respeito, como queria. A maioria que acabou vencendo na plenária final. Por outro lado ficou evidenciada a tentativa também inútil de evitar um posicionamento mais definido e contrário às clínicas privadas de controle da natalidade, financiadas pelo capital estrangeiro.

INSATISFAÇÃO GERAL

Ao final da Conferência dominava a insatisfação generalizada das participantes, seja devido a problemas de infra-estrutura, como a péssima alimentação, mas sobretudo

com a condução dos trabalhos, marcada pelo espontaneísmo e democratismos. Faltou dar um rumo às discussões da plenária que se alongaram até a exaustão, passando-se um dia inteiro em pedidos de destaque que em sua maioria não foram discutidos. Muitas delegações se retiraram antes da votação das questões polêmicas.

Era dominante a opinião de que a Conferência Nacional não refletiu o nível político e o conteúdo das propostas aprovadas nas pré-conferências na maioria dos Estados. Ao elaborar o relatório final, a direção do encontro não incluiu questões políticas fundamentais aprovadas nos grupos, como a questão da nacionalização da indústria farmacêutica, tumultuando ainda mais os trabalhos.

O saldo positivo que se pode tirar é o amplo debate feito durante todo o processo de preparação da Conferência nos diversos Estados. Nos preparativos foram tiradas propostas avançadas para a Constituição e se alertou o conjunto da população, sobretudo as mulheres, para a necessária mobilização pela implantação do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o que contribuirá para o esvaziamento das clínicas privadas de controle da natalidade tipo Bem-fam, a serviço de interesses estrangeiros. (A.M.R.)



O aborto foi o assunto mais polêmico entre as mulheres na Conferência

Saiu o nº 2 da "Presença da Mulher"

Leia em suas páginas: As mulheres lutam por um espaço na Constituinte; Creche, direito da criança, dever do Estado; Os problemas do abastecimento e suas causas; Direitos da criança: na prática a teoria é outra. Estes e muitos outros artigos por apenas Cz\$ 15,00.



Mutuários do BNH ganham ação judicial no STF

Fracassou a tentativa do Banco Nacional de Habitação (BNH) em extorquir mais dinheiro de seus mutuários a fim de aliviar o rombo financeiro de Cz\$ 500 bilhões. No dia 10 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a equivalência salarial, beneficiando cerca de 600 mil mutuários que haviam entrado com ações na justiça.

Nos últimos três anos os mutuários vêm travando uma árdua luta contra os aumentos das prestações da casa própria em níveis acima dos reajustes de seus salários. No dia 1º de outubro, num julgamento polêmico, o STF votou contra a equiparação salarial. No entanto, nove dias depois, com novos dados em mãos deu ganho de causa aos mutuários.

FALÊNCIA DO BNH

Paulo Sérgio da Costa Martins, advogado dos mutuários, comentou a respeito do resultado proferido pelo STF: "A equivalência salarial não é um mero sonho ou desejo dos mutuários, mas uma realidade que deve ser respeitada. Os contratos entre o BNH, seus agentes e os mutuários possuem regras que não podem ser mudadas unilateralmente".

pastagens ultra-extensivas, a atividade criadora mal consegue disfarçar o fim especulativo. Trata-se, muitas vezes, de terras estocadas como reservas de valor e mantidas em estado de semi-ociosidade".

Atendendo ao alerta, os grandes proprietários se previniram. Apelaram para o Código Civil, de 1917, que conceitua a propriedade como um bem supremo, e ingressaram com ações na Justiça contra as desapropriações. Dos 1 milhão e 54 mil hectares de terra requisitados pelo governo, apenas 332 mil tiveram autorização do Judiciário para assentamento. E enquanto a Justiça tarda, os latifundiários transformam suas terras improdutivas em "empresas rurais". Daí a discussão passa a ser sobre a produtividade da terra - o PNRA prevê apenas a desapropriação de terras improdutivas. E essa discussão pode arrastar-se durante anos.

No Rio Grande do Sul, latifúndios chegaram a "regatear" terras com o Incra, valendo-se da morosidade do Judiciário. O proprietário de 2 mil terras desapropriadas disse que cederia 900 para a reforma agrária. Se o Incra aceitasse, não entraria com mandado judicial contra a desapropriação. Outro fazendeiro abriu mão apenas de 400, dos 1.400 hectares de sua propriedade que seriam desapropriados, em troca de não recorrer à Justiça contra a medida. As propostas foram levadas ao Mirad para análise...

Mas não é só ao Judiciário que os "donos do Brasil" recorrem. Há também o apelo às armas. Até a data do aniversário do PNRA, já haviam sido mortos em conflitos por terras 200 pessoas (4% a mais do que em 1985).

Governo impotente diante da força do latifundiário

O PNRA mexeu também com os interesses de classe dentro do próprio governo. Enquanto alguns ministros, como Paulo Brossard, da Justiça, são apontados pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Contag, como inimigos da reforma agrária, o ministro Dante de Oliveira, do Mirad, propõe a formação de Varas de Direito Agrário para agilizar a aplicação do PNRA, porque os processos "tramitam em Varas comuns, sobrecarregadas de outros processos".

O concreto é que, um ano após a decretação do PNRA, a reforma agrária pouco andou. Até o governo admite que o orçamento do Mirad para 1987, de Cz\$ 6,1 bilhões, é insuficiente para o cumprimento de suas metas. O Plano Nacional de Reforma Agrária está imobilizado, e o governo impotente. (Carlos Pompe)



Ato pela reforma agrária no Rio Grande do Sul: exigência ainda não atendida pelo governo

Um ano depois, a reforma agrária continua no papel

Não houve bolo nem vela. No último dia 10 o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) completou um ano de existência. Sua meta anual ficou a léguas de distância de ser atingida. E mesmo o futuro do projeto está comprometido, se continuar emperrado, da maneira como se encontra. Mas a necessidade da reforma agrária se mostra, a cada dia, mais premente.

A experiência deste primeiro ano de PNRA mostrou a complexidade da luta a ser travada para que aqueles que trabalham a terra possam, afinal, ter o direito à propriedade. Logo que surgiu o projeto do 1º PNRA, a gritaria dos latifundiários foi ensurdecedora. "É uma proposta socialista e comunista para mudar o regime", afirmaram, em documento, 150 fazendeiros de Araçatuba (esses que, agora, estão envolvidos com o boicote da carne). "A reforma agrária é inaceitável", vituperou a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.

Recurso ao Judiciário e apelo às armas

Basta verificar os objetivos de 1986: o PNRA visava estabelecer 150 mil famílias em 4,6 milhões de hectares. Mas o próprio Incra admite que cumpriu apenas 4,9% do total. Somente 7.424 famílias foram efetivamente assentadas em 43 projetos, totalizando área de 250.373 hectares.

O caso de São Paulo é sintomático. Dos 16 imóveis desapropriados no Estado, apenas a fazenda Valformoso, no Vale do Ribeira, teve emissão de posse. O resto está na Justiça. Detalhe: a Fazenda Valformoso já estava ocupada pelos trabalhadores que lhe receberam o título de propriedade há 40 anos!

Mas tão logo ensaiaram-se as desapropriações, os latifundiários buscaram novos subterfúgios para impedir a reforma agrária.

Eis como o jornal "O Estado de S. Paulo" - porta-voz do que há de mais reacionário e entreguista na economia e política do país - noticiou os Planos Regionais de Reforma Agrária, em sua edição de 20 de maio de 1986: "Que se previnam os pecuaristas paulistas, principalmente aqueles que mantêm pastos amplos para rebanho que possa ser considerado pequeno: na opinião do governo federal, que ontem impôs o PNRA para São Paulo - e outras 17 regiões do país - o caso paulista é típico: em São Paulo, 'boa parte das terras que abrigam

Meta acanhada, mas distante de ser alcançada

O berreiro teve seu efeito. Dias antes de ser implementado, o 1º PNRA foi completamente modificado pelo advogado Fábio Luchési, notabilizado pelos serviços prestados ao latifúndio. O então presidente do Incra, José Gomes da Silva, demitiu-se do cargo. Na época, o Partido Comunista do Brasil avaliou o 1º PNRA como um projeto que "satisfaz parcialmente certas reivindicações das massas no campo, sem resolver os problemas fundamentais, numa tentativa de contornar a questão agrária no Brasil, cada vez mais exacerbada".

Mas as pressões dos latifundiários - e também das Forças Armadas - continuaram. A implantação da reforma agrária foi imperando - ora, através da morosidade burocrática; ora, porque os planos regionais não eram apresentados. Mudou-se o Ministério da Nova República. O prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, assumiu o Mirad. Mas a reforma agrária não deslanchou.

Dados oficiais do IBGE e do Incra dão conta que a superfície total do Brasil é de 850 milhões de hectares, dos quais 570 milhões são cadas-



Fundação Maurício Grabois

Patrões se armam contra greves

A burguesia está mesmo bastante preocupada com o ascenso do movimento grevista no país. Prova incontestada disto são os documentos e as declarações dadas por empresários e seus porta-vozes recentemente. Órfãos do regime militar, que reprimia com truculência todas as manifestações trabalhistas, os patrões se unem e se armam para enfrentar as greves.

Nos últimos dias foram divulgados dois documentos oficiais de entidades do patronato. O jornal "Retrato do Brasil" revelou com exclusividade extratos de um texto curto, em forma de cartilha, da representação de Diadema do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Já o movimento denominado Unidade Empresarial, articulado pela poderosa Fiesp, tornou público seu manual "Prevenção e Superação das Crises".

Afora esses documentos, a revista "Veja" publicou uma entrevista do chileno Julio Lobos, especialista na área de recursos humanos de importantes empresas que atuam no país - como a Coca Cola e o Citibank. Nela o agente patronal, que recebe em torno de Cz\$ 14 mil diários, dá as dicas de como enfrentar o movimento grevista. Com o mesmo objetivo, a agência Sepa Security & Protection promoveu nessa semana o seminário "Segurança nas greves", que contou com a participação de 180 diretores de empresas multinacionais e nacionais.

Todas essas iniciativas indicam a inquietação que reina no meio empresarial. A preocupação primeira dos patrões é com o crescimento das greves após o curto período de perplexidade no meio sindical decorrente do Plano Cruzado. Deixando implícito que não dá mais para contar unicamente com a selvageria policial, os documentos e declarações exortam a união dos empresários para derrotar os movimentos trabalhistas nesta nova fase da vida nacional.

Na explicação de um dos textos, Roberto Della Manna, coordenador do Grupo 14 da Fiesp, chega a alertar seus companheiros de classe para que tratem da "questão sindical-trabalhista com a mesma atenção que até hoje

deram às áreas de produção e vendas". E conclui: "A permanente integração das empresas é condição para evitar e combater as greves".

Fiesp sugere "diálogo" e porrada para conter o movimento grevista

O manual "Prevenção e Superação das Crises" é o que melhor expõe a nova tática dos patrões para a conjuntura atual. Nele se nota duas formas de abordar as lutas grevistas que desembocam num único objetivo: derrotá-las. Por um lado, o documento sugere que se priorize as negociações coletivas e que se aplique mais na chamada "administração científica do trabalho" para evitar a eclosão de greves. Por outro lado, caso a paralisação seja deflagrada, aconselha a utilização pura e simples dos velhos métodos repressivos. É a conhecida técnica de alisar com a mão direita e dar uma porrada com a esquerda.

A primeira parte do manual da Fiesp trata das "medidas preventivas". Orienta os empresários a serem mais hábeis no tratamento das questões trabalhistas, investindo na criação de um clima de "paz social" no interior das fábricas e promovendo negociações "respeitosas" com os sindicatos de trabalhadores. Neste sentido, sugere ao patrão que "não permita em sua empresa tratamento arbitrário do pessoal"; "mantenha programas de aumento por mérito, compreensíveis pelos empregados"; "dê tratamento especial, justo e respeitoso, à chefia, e consiga que ela não participe de qualquer movimento reivindicatório, uma vez que ela representa a empresa" (grifo nosso).



Greves por fábricas, como na Philco, e a presença da polícia: algumas das preocupações dos empresários

Os limites e objetivos dessa "democratização" na empresa ficam visíveis nos itens sete e 13 desta primeira parte do manual. O ponto sete sugere ao empresário que "organize sistema que proporcione receber sugestões ou queixas do pessoal", mas enfatiza: "Impeça, porém, qualquer forma de participação dos trabalhadores nas decisões da empresa". Já o ponto 13 ressalta: "Seja prudente, coerente e justo na aplicação das medidas disciplinares". Mas conclui: "Sem receio de usar firmeza".

Quanto à negociação salarial em uma empresa isolada ou com uma categoria, o manual enfatiza a necessidade de unificar os empresários e prepará-los melhor para enfrentar os sindicatos de trabalhadores. Conforme admite Roberto Della Manna, num artigo ao jornal "Folha de São Paulo", os patrões "têm se mostrado menos preparados para enfrentar o debate entre os capital e o trabalho do que os sindicalistas".

Nesse sentido, o documento "Prevenção e Superação das Crises" sugere ao empresário que "não inicie uma negociação sem um preparo prévio muito sério"; propõe que as empresas "utilizem na negociação profissionais treinados para isso", com amplos conhecimentos sobre a situação do país, tendências sindicais, posição econômica da empresa etc.

"Qualquer concessão é semente para uma nova greve", adverte patrão

Com essas medidas, a Fiesp objetiva evitar a eclosão da greve no seu próprio nascedouro. Mas o manual não pára por aí. Prevendo a deflagração das lutas pelas melhorias salariais, ele sintetiza as formas truculentas e "inteligentes" para combatê-la. Nesse ponto cai a máscara da pseudo-democratização dos empresários nas relações trabalhistas.

Mesmo dizendo que considera "a greve como um evento normal, que pode ocorrer a qualquer momento", o documento incentiva a intransigência

patronal para desgastar os movimentos reivindicatórios. "É preferível a greve mais longa que a concessão insustentável", afirma. Também sugere a adoção de métodos sujos para derrotá-la, como por exemplo: "Utilize a contra-informação; se achar necessário ou conveniente, solicite a proteção policial, mas não espere que ela seja remédio decisivo"; "não é necessário aguardar decisão judicial para adotar medidas disciplinares; se achar estrategicamente eficiente, faça-o".

No final do documento, a visão autoritária da burguesia fica transparente. "Adote medidas disciplinares rígidas; não premie os grevistas; desconte as horas paradas, 13º salário, não parcele os descontos, desconte o total de uma vez só; não esqueça que financiar uma greve é estimular a próxima; qualquer concessão feita em razão da greve servirá como semente de nova greve". Também fica patente o apelo à unidade da classe para enfrentar os trabalhadores. "Nunca se aproveite de greve em seu concorrente, fornecedor ou comprador, porque a próxima vítima poderá ser você; procure ajudar a empresa em greve".

Se o documento da Fiesp denota habilidade no tratamento das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, já a entrevista de Julio Lobos e a cartilha da Ciesp são mais tacanhos. Datado de fevereiro último, o texto da representação de Diadema mostra o grande temor do patronato com a classe operária mais organizada do país - no ABC paulista. O documento só prevê medi-

das repressivas para conter os combates dos trabalhadores.

Ele dá, por exemplo, uma relação de órgãos a serem procurados caso ecloda a greve. Logo no início se lê o telefone do Comando da Polícia Militar, da Polícia Federal, do Quartel General do Ministério do Exército, do Serviço Nacional de Informações e de outros órgãos policiais. Também sugere à empresa que tenha sempre à disposição uma máquina fotográfica e um gravador para espionar os grevistas.

"Não se deve negociar sob pressão", aconselha consultor de empresas

O consultor de grandes empresas Julio Lobos, por sua vez, prega o endurecimento frente ao sindicalismo. "Penso que é hora dos empregadores enfrentarem as greves. Não se deve negociar sob pressão, mas deixar que a paralisação se esvazie por si mesmo", aconselha o especialista chileno. Como exemplo de boa conduta patronal, ele cita o caso da greve da Ford no início do ano. "Após a decretação da ilegalidade da greve, a empresa passou a fazer demissões, inclusive na comissão de fábrica, numa medida de intimidação, e acabou com o movimento sem conceder nada. Essa foi uma atitude correta", assegura o serviço dos empresários. Em última instância, sua opinião reflete o pensamento de toda a burguesia. (Altamiro Borges)

O desafio dos metalúrgicos

Os mais de um milhão de trabalhadores na indústria de São Paulo, que têm data-base para o acordo salarial nos últimos meses do ano, serão os primeiros a testar a nova tática patronal. Entre as categorias que se encontram em campanha salarial estão os metalúrgicos da capital, Osasco e Guarulhos (totalizando cerca de 470 mil operários), os químicos, têxteis e gráficos de todo o Estado. A pauta de reivindicações destes operários é semelhante: 20% de aumento real, mais o IPC integral do período, reconhecimento das comissões de fábrica, estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Segundo Luis Antônio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, "na prática os patrões já estão seguindo as orientações antisindicalistas da Fiesp". Nas três rodadas de negociações feitas até agora o que se viu foi a total intransigência dos empresários. Primeiro eles tentaram retardar ao máximo o início das conversações. A pauta de reivindicações dos metalúrgicos foi enviada à Fiesp em 17 de setembro, e só na semana passada as negociações foram abertas.

Com o início das negociações, novo impasse. O patronato impôs uma condição para discutir as exigências salariais: a de que "a convenção assinada deverá ser respeitada, não sendo permitidas medidas

que visem a renegociação... sob pena de denúncia imediata e de multa". Ou seja: antes mesmo de apresentar qualquer contraproposta, os patrões exigem que os metalúrgicos não se mobilizem por novas conquistas ou até pelo cumprimento do acordo. Segundo os sindicalistas, essa cláusula é inadmissível. "Não podemos negociar de mãos atadas", raciocina Luis Antônio.

CAMINHO DO IMPASSE

Mas os problemas desta campanha salarial não param por aí. Os empresários já avisaram que não vão ceder nenhum reajuste além do previsto no IPC do período. Pelo que os dirigentes sindicais constatarem nas mesas de negociação, os patrões estão jogando no impasse para poder furar o congelamento dos preços. Eles só aceitam conceder aumentos reais se o governo aceitar que haja o repasse para os preços dos produtos.

Seguindo essa trajetória, a campanha promete esquentar. Roberto Della Manna, representante do Grupo 14 da Fiesp (e um dos autores do manual "Prevenção e Superação das Crises"), já informou que os empresários vão endurecer nas negociações. "Não vamos repetir os erros do passado", afirmou. E os sindicatos de trabalhadores intensificam a mobilização de suas bases para a batalha.

A batalha dos metroviários pelo adicional

Após seis dias de "operação periculosidade", os metroviários paulistas decidiram em assembléia na noite de terça-feira, dia 14, retomar as atividades normais. Fruto da mobilização da categoria, o ministro do Trabalho prometeu divulgar ainda nesta semana a lista dos trabalhadores beneficiados pelo adicional de periculosidade (30% sobre o salário).

A "operação periculosidade" dos trabalhadores no Metrô de São Paulo teve início na madrugada do dia 9. Os metroviários que trabalham em contato direto com alta carga de energia elétrica se dirigiram normalmente aos seus postos de serviço, bateram o ponto, vestiram seus uniformes, mas se recusaram a ir para as áreas de risco da empresa.

Com esse movimento, a combativa categoria (cerca de 6.300 funcionários) demonstrou que sua paciência se esgotara. Desde o início do ano ela vinha reivindicando o adicional de periculosidade, tendo como base a própria Lei 7.369 - regulamentada em dezembro de 1985. Pela lei, os trabalhadores do setor de energia elétrica devem receber

30% de aumento.

Mas durante todos esses meses, o governo se mostrou intransigente. Primeiro foi a Companhia do Metrô. Em junho, a empresa assinou um acordo coletivo, homologado na Delegacia Regional do Trabalho, prevendo a aplicação da lei num prazo de 60 dias. Mas depois não cumpriu, alegando que "não tinha esclarecimentos técnicos" sobre as áreas de risco.

A DRT paulista então realizou uma perícia na companhia e aprontou seu laudo, estipulando que mais de 1.700 funcionários deveriam receber o adicional. Mas só que o laudo caiu nas mãos do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que passou a protelar a decisão. Esta situação irregular e inexplicável acabou, inclusive, gerando uma crise na DRT. O diretor da divisão de saúde e medicina do trabalho do órgão vinculado ao Ministério pediu demissão, discordando dos métodos do ministro.

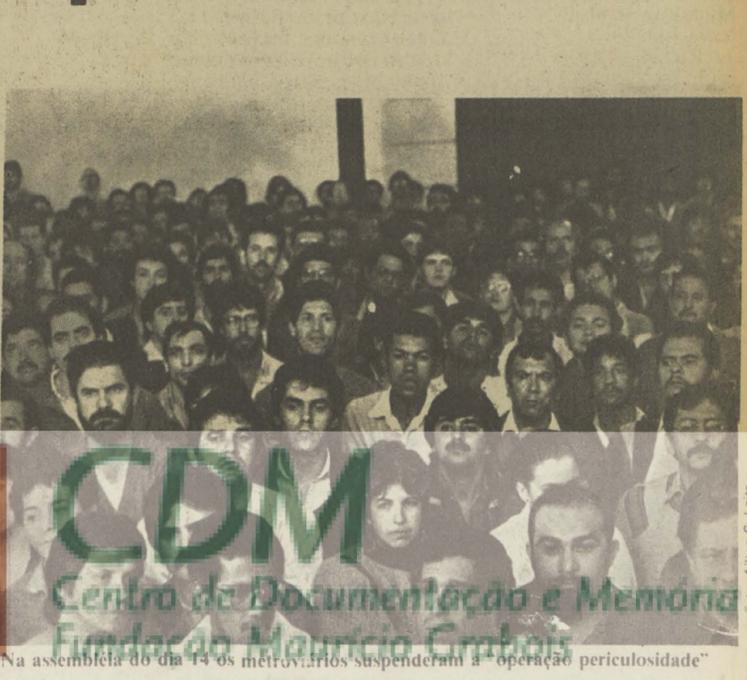
AVENTURA DA CUT

Diante de toda essa enrolação, a categoria decidiu iniciar a "operação periculosidade". Provando sua maturidade, enviou um ofício ao Metrô solici-

tando que os trens não fossem estacionados nas áreas de risco, permanecendo nas estações. Mas a empresa preferiu jogar no impasse, o que provocou a total paralisação do sistema - deixando sem transporte cerca de 1,7 milhão de usuários paulistas.

Com o sucesso do movimento, já no domingo, dia 12, o governo pediu trégua. O ministro do Trabalho garantiu que apresentaria o laudo na semana seguinte. A diretoria do sindicato, conhecida por sua prática consequente, propôs o retorno ao trabalho. Entretanto, os poucos ativistas da CUT que atuam na categoria quase puseram a luta a perder. Aproveitando-se da pouca presença na assembléia e do clima de radicalização, defenderam a continuidade da "operação periculosidade".

Esta decisão gerou novo endurecimento do governo. Na segunda-feira, 30 metroviários foram demitidos. Mas apesar do incidente, a direção sindical conseguiu contornar o impasse e voltou a negociar. Resultado: o secretário de Negócios Metropolitanos prometeu rever as demissões e o ministro garantiu que o laudo será apresentado na sexta-feira.



Na assembléia do dia 14 os metroviários suspenderam a "operação periculosidade"



Certificados de cursos para CIPA falsificados

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco está solicitando, através de telegrama ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e ao delegado regional do Trabalho de São Paulo, Argeu Quintanilha, uma rápida conclusão do caso de falsificação de certificados de cursos para CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), praticada pela Ergos - Assessoria Técnica em Segurança e Medicina do Trabalho Ltda, com sede na capital.

Já se passaram seis meses de sindicância, completados no último dia 3 de outubro. E até agora nenhuma

providência foi tomada no sentido de que a empresa seja fechada devido às comprovações das irregularidades. A Fundação Inglesa, uma das firmas que adquiriu os certificados falsos, comprovou a fraude.

A Ergos é uma das 85 empresas credenciadas pelo Ministério do Trabalho para ministrar cursos para cipeiros no Estado de São Paulo. Tem como proprietário o sr. Euvaldo Almeida Cabral, um antigo alto funcionário da DRT-SP. Fica aí a suspeita de que a "influência" do sr. Euvaldo esteja atrasando a sindicância e provavelmente impedindo a

apuração de irregularidades em outras empresas de mesma atividade.

Em 1982, ainda no tempo da "Velha República", um processo idêntico movido pelo sindicato contra a Aplest foi resolvido e a empresa fechada em três meses. Agora, o caso da Ergos, passado o dobro do tempo, continua sem solução.

O sindicato suspeita de que várias empresas estão envolvidas no comércio aberto destes certificados. Outra irregularidade denunciada é a contratação fictícia

de profissionais de segurança e medicina do trabalho. Um exemplo comprovado vem também da Ergos, que mantém o sr. Cláudio Estevão dando "aulas" em nome da empresa. Na época da denúncia do sindicato ele tinha registro falso de supervisor de segurança da Bombar Esco, no Embu. Medidas enérgicas e rápidas têm que ser tomadas contra essas empresas que colocam em risco a segurança e a vida dos trabalhadores, antes que o índice de acidentes de trabalho e doenças profissionais se agrave ainda mais. (Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, São Paulo)

Em Osasco uma empresa - a Ergos - vem falsificando certificados de cursos para CIPA segundo denuncia o sindicato dos metalúrgicos. As consequências são previsíveis: gente mal preparada, incapaz de ajudar seus companheiros em caso de acidente e sem condições de exigir medidas para evitá-las. Em resumo, as empresas preferem comprar os diplomas do que tomar as medidas de prevenção de acidentes.



fala o POVO

Faça como o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Ponha a boca no trombone e denuncie as irregularidades que você vê ocorrerem no dia-a-dia. Afinal, você também pode ser vítima de uma delas. Ou seu companheiro de trabalho, seu amigo ou parente. (Olivia Rangel)



Menores produzem igual mas ganham menos na Instron

A Instron é uma empresa metalúrgica da Zona Sul de São Paulo com 520 operários. Muitos como nós, são menores, com idade variando de 12 a 16 anos. Mesmo assim somos obrigados a trabalhar pelo menos 9 horas por dia e no sábado trabalhamos meio dia. Temos que pagar condução do nosso próprio salário. A empresa não tem refeitório, por isso somos obrigados a trazer marmitta, que comemos fria. Na verdade somos uns bóias-frias da indústria metalúrgica, da Instron.

Fazemos o mesmo trabalho que os adultos. Temos que dar a mesma produção. Mas recebemos Cz\$ 1.140 por mês, enquanto os adultos recebem cerca de Cz\$ 2 mil.

Muitas vezes somos obrigados a fazer hora-extra. E quando chega a noite o cansaço é tanto que não conseguimos estudar, dormimos na sala de aula. Trabalhamos na linha de montagem.

O que deixa a gente chateado é essa diferença no salário. A gente dá um duro danado, tem que pegar o mesmo ritmo dos outros e quando chega no fim do mês recebemos quase metade. Tirando a condução sobra muito pouco para viver. Por isso a gente reivindica que a empresa dê condução para todos os operários e bote um refeitório, pelo menos para a gente esquentar a marmitta. (Grupo de operários menores membros da Instron - São Paulo, SP)

Paramirim não ajudará a eleger o sr. Josaphat Marinho

Paramirim, cidade encravada na Chapada Diamantina, com uma população de 23 mil habitantes, vem de há muito sofrendo o descaso dos prefeitos e governadores sem compromisso com o povo. Hoje a população vive carente, sem atendimento das necessidades básicas do seu povo, particularmente devido à incompetente administração do prefeito Durval Marques Leão.

A falta de segurança é um problema sério. Ainda recentemente um jovem foi abordado por marginais que o roubaram e ainda lhe deram um tiro na perna. Ele sofre hoje sem saber se vai se recuperar. E o prefeito nada faz para apurar o atentado.

Outro grave problema que enfrentamos é a falta de tratamento da água, consumida como vem, o que já provocou a morte de várias crianças pobres por verminose e infecção.

A saúde pública é tão precária quanto das inúmeras cidades que têm como prefeito pessoas insensíveis, capatazes de Antônio Carlos Magalhães, como o prefeito Marques Leão. Ele já esqueceu seu passado camponês e nada faz para amenizar o sofrimento daquela gente



carente de escolas, estradas, atendimento médico. O esgoto corre a céu aberto poluindo a lagoa, um dos pontos turísticos da cidade.

Até o Plano Cruzado está sendo burlado com sua conivência. Um quilo de carne custa Cz\$ 50,00.

Mas vamos dar um basta

em todos estes desmandos e corrupção. Prova disso é que no comício do Sr. Josaphat Marinho, candidato ao governo, só compareceram 3 mil pessoas, embora o prefeito tenha mandado matar 12 bois e contratado um trio elétrico. No comício de Waldir Pires, sem boi e sem trio elétrico,

foram mais de 10 mil pessoas pedir mudanças para a Bahia e a prisão de corruptos. Com Waldir Pires e Luiz Cayres (deputado estadual) mudaremos a situação de Paramirim. (Movimento Jovem Cultural, Movimento Jovem do PMDB, Grupos de estudantes do PC do B de Paramirim - Bahia)

Comerciários de Pelotas enfrentam os patrões

Reunidos em uma concorrida assembleia no dia 2 de outubro, os comerciários de Pelotas decidiram enfrentar as ameaças e a exploração patronal com mobilização e luta.

Durante as negociações do dissídio, os patrões, ao mesmo tempo que acusavam os comerciários de serem contra o Plano Cruzado, ameaçavam demitir quem participasse da campanha salarial promovida pelo sindicato da categoria. Empresas como a Mesbla, Supermercados Real e Guanabara chegaram a prolongar a jornada no dia 2 de outubro para impedir que seus empregados fossem à assembleia.

Segundo José Carlos Schulte, presidente da Federação dos Comerciários e da CGT do Rio Grande do Sul, e Artur Amaral, presidente do sindicato da categoria em Pelotas, os verdadeiros inimigos do Plano Cruzado são os comerciantes, que dispõem de inúmeros subterfúgios para infringir o congelamento dos preços e burlar a fiscalização. Os comerciários foram

vítimas: tiveram uma perda salarial de 52,6% em março. Agora os patrões impõem um reajuste de apenas 8,36% a título de produtividade e devolução da inflação - para vigorar até setembro de 1987, enquanto que pesquisas do IBGE constata um aumento de produtividade do comércio de 27%.

Os comerciários rejeitaram por unanimidade a proposta dos patrões e se declararam em estado de greve. Os patrões ameaçam retirar do dissídio várias cláusulas que asseguram importantes direitos conquistados na histórica greve de 1985. Mas os comerciários estão prontos para a luta. Sua última assembleia contou com a participação de representantes de sindicatos de comerciários de nove outros municípios gaúchos: Porto Alegre, Bagé, Novo Hamburgo, Bento Gonçalves, São Gabriel, Uruguaiana, Carazinho, Quaraí e Santiago. O dissídio dos comerciários de Pelotas é o primeiro do Estado. (João Alberto Luiz - Pelotas, Rio Grande do Sul)

Servidores de Fortaleza querem pagamento de salário atrasado

O conjunto de Servidores da Fundação de Serviço Social de Fortaleza vem tornar pública a situação que atravessa neste momento, esclarecendo a população sobre o movimento grevista deflagrado no dia 22 de setembro até que sejam atendidas nossas justas reivindicações salariais.

Exigimos da senhora prefeita o pagamento referente aos meses de junho, julho, agosto e setembro.

Denunciamos ainda as pressões sofridas pelos que fazem a administração popular em Fortaleza face à resistência dos servidores em não aceitarem a abertura da sede deste órgão a ameaças de demissão por parte

do procurador geral do município; ameaça de abertura de inquérito administrativo; ameaça de agressão física aos servidores que se postaram frente ao portão; desrespeito às deliberações da assembleia dos funcionários; tentativa de desmobilização do movimento através de uma postura autoritária, afirmando ser ele manipulado por um grupo.

Frente a esta situação, apelamos para o povo de Fortaleza para que compreenda e apoie esse movimento que reivindica o mais elementar direito do trabalhador, que é o seu salário. (Servidores da Fundação de Serviço Social de Fortaleza, Ceará)

Candidatos do PDS sem simpatia do povo no Pará

Estes "lindos" postais (fotos de propaganda colorida de Jarbas Passarinho para senador, Gabriel Hermes para deputado federal e Ronaldo Passarinho para deputado estadual, todos pelo PDS) eram entregues ao povo numa exposição que ocorreu aqui em Altamira recentemente.

Este ano, a entrada, anteriormente sempre paga, foi grátis. O povo pegava os cartazes na portaria e ia

jogando pelo chão. Alguns deles eram vistos com os dentes pintados de vermelho, como vampiros, com o sangue dos trabalhadores que eles sugaram.

Eu sempre condenei o regime militar desde que aqui cheguei. Mas de forma errada, pois como não se podia falar em comunismo eu era brizolista.

Cheguei em Altamira em 15 de junho de 1976. Peguei

um lote e plantei 20 hectares de arroz. Fui roubado na balança e na classificação. Tive prejuízo, me machuquei e desisti. Há 6 anos sou motorista de táxi.

Quería aproveitar para

denunciar que o Armazém Goiás vende uma caixa de leite Ninho a um garimpeiro por Cz\$ 800. Sem nota, é claro.

(Amigo da TO em Altamira, Pará)

Leia e Assine
Tribuna Operária
Talão de Assinaturas Pág. 9

Embola meio de campo dos campeonatos de futebol

O futebol brasileiro foi sacudido pela cartolagem nos últimos dias. Pacotes do CND, casuísmos da CBF, rebeldia dos presidentes de clubes e a indignação dos verdadeiros desportistas compuseram o cisma que dominou o mundo futebolístico.

Só não conhecem os absurdos da administração do futebol profissional os que não acompanham a sua história ou os que já morreram. A política em de quinta categoria, a incompetência e a safadeza são uma dramática rotina que parece desafiar o tempo e a mais cândida credulidade humana.

No dia 7 de outubro, o Conselho Nacional de Desportos, órgão normativo do Ministério da Educação para assuntos desportivos, reuniu-se em São Paulo e aprovou o pacote de decisões que alvejou mortalmente a margem de manobra dos cartolas profissionais encastelados nas entidades que dirigem o futebol. O pacote determina que o Campeonato Nacional deve ser disputado por 20 clubes, ao invés dos 44 atuais. Reduz os disputantes do Campeonato Paulista da primeira divisão de 20 para 16. Os da segunda divisão de 58 para 20 e declara o campeonato da terceira divisão não oficial. Além disso, fica eliminado o voto unitário para as eleições da diretoria das federações estaduais e estão criados os Conselhos Arbitrais com votos qualitativos para elaborar os regulamentos de todos os campeonatos do futebol profissional.

CRITÉRIO MAIS JUSTO

Com estas alterações, os dirigentes perdem o poder de barganhar vagas nos campeonatos e as decisões passam a ter um critério mais justo. O voto do lanterna da terceira divisão deixa de ter o mesmo peso do voto do campeão da primeira divisão. Estas novidades foram bem recebidas por jogadores, pela imprensa e pela restritíssima parcela de dirigentes sérios. Mas é preciso lembrar que a iniciativa do CND tem também indis-

fersáveis motivações políticas. O PFL, partido de Nabi Abi Chedid e José Maria Marin, principais atingidos por essas alterações, nunca se conformou com o apoio que ambos articularam na seção paulista do partido em favor da candidatura Maluf. O troco veio salgado, mas chumbo trocado não dói e a duração do pacote pode estar arriscada pelas conveniências políticas dos envolvidos.

A boa recepção ao pacote, ainda assim, durou muito pouco. Três dias após a reunião do CND, a CBF superou-se em caradurismo e safadeza. Para favorecer Vasco da Gama do Rio de Janeiro, que estava eliminado das fases finais do Campeonato Nacional deste ano e rebaixado para a segunda divisão em 1987, simplesmente afastou a Portuguesa de Desportos, que foi a segunda colocada, junto com o Palmeiras, no grupo de classificação.

NÍVEL BAIXO

A decisão atraiu indignação unânime do país inteiro. O nível de sem-vergonhice baixara demais. Os clubes paulistas e gaúchos ameaçaram abandonar a competição, em solidariedade à Lusa, e nos tribunais da Justiça Esportiva e Comum começou mais uma das constrangedoras e conhecidas maratonas de liminares e mandados de segurança cancelando rodadas, garantindo vagas e invalidando resultados de jogos já realizados.

Não há previsão para o fim das duas novelas. Mas no gramado verde, onde deveria se concentrar as atenções do futebol, o fim não parece muito distante. Lamentavelmente. (Jessé Madureira)



Um fotógrafo registra a ação criminosa do governo salvadorenho, no filme de Oliver Stone

Um libelo sobre a luta guerrilheira em El Salvador

Nem só de "Rambo" vive o cinema norte-americano. Também nos Estados Unidos, populares e artistas ficam sensibilizados com as lutas libertadoras. É o que demonstra o filme "El Salvador, o martírio de um povo", que estreou em São Paulo e em várias capitais neste mês.

Em contraponto ao lixo reacionário que, infelizmente, constitui a maioria da atual produção cinematográfica norte-americana, na linha de "Sob fogo cruzado" de Roger Spottiswood, este "El Salvador, o martírio de um povo" expõe num estilo direto e realista - que não dispensa trechos documentais - a miséria da guerra suja em El Salvador e a atuação de seus principais protagonistas: o povo, o governo, o exército, a extrema-direita paramilitar, a embaixada norte-americana, setores da Igreja que se rebelam contra o governo, contando detalhes da história de El Salvador de 1980/81, quando da vitória de Reagan nas eleições dos EUA (Carter x Reagan), o assassinato do bispo Dom Oscar Romero, a ofensiva da guerrilha, o aumento da ajuda ianque ao governo.

viveram outros países do continente: a questão dos desaparecidos (10.000 pessoas à época) e o drama dos familiares, os campos de "desova" de corpos dos esquadrons da morte, a extrema promiscuidade que resulta da miséria levando adolescentes à prostituição etc.

Paralelamente também um filme sobre jornalistas, "El Salvador" desmascara a farsa da imprensa internacional. Os jornalistas que perguntam apenas o que os poderosos querem responder, o desprezo pelo problema da América Latina - "vá cobrir Angola, Beirute, Camboja, isso é que dá dinheiro. El Salvador está fora de foco". E também seu lado romântico, como o caso do outro fotógrafo protagonista da história, John Crosidy (baseado na vida de John Hognlund), que procura a foto "mágica" e morre ao conseguí-la.

CÔMICO E VIOLENTO

O fio condutor do enredo é a história pessoal (e verdadeira) do fotógrafo Richard Boyle, correspondente de guerra desempregado que, após ter sido abandonado pela esposa, convence um amigo disk-jockey, coincidentemente na mesma situação, a acompanhá-lo numa viagem de automóvel ao país centro-americano. Até aí o clima é semelhante àquele dos filmes de estrada da contra-cultura, tipo "Easy rider" (Sem destino). O tom do filme, no que se refere às peripécias de Boyle, é cômico - talvez até necessariamente, dada a violência das imagens, onde desfilam crianças mutiladas, tortura, estupro...

"El Salvador, o martírio de um povo" é uma viagem ao inferno. Ao inferno que a América Latina foi transformada pelas ditaduras fomentadas pelo imperialismo norte-americano. A tragédia de "El Salvador" é semelhante às que vivem ou já

APOIO A CULTURA

Na segunda parte do filme, quando os fotógrafos conseguem cobrir um acampamento guerrilheiro, mostra-se uma outra realidade: a dos que buscam mudar esse contexto e a violência revolucionária se lhes apresenta como única forma. A luta prossegue e um mastro onde tremulava a bandeira azul e branca de El Salvador é invertido e novamente colocado em pé, desta vez com a bandeira negra e vermelha da Frente Farabundo Martí.

Uma obra-prima do cinema político, talvez comparável ao "Bandido Giuliano" de Francesco Rosi, este filme dirigido pelo roteirista de "O expresso da meia-noite", Oliver Stone, é um libelo a nos lembrar da luta de nossos irmãos salvadorenhos que, apesar de "esquecida" pela imprensa, continua e necessita de nossa solidariedade.

(Valdir Baptista)



Um povo massacrado pelos poderosos sedentos de lucros

Trajetória heróica

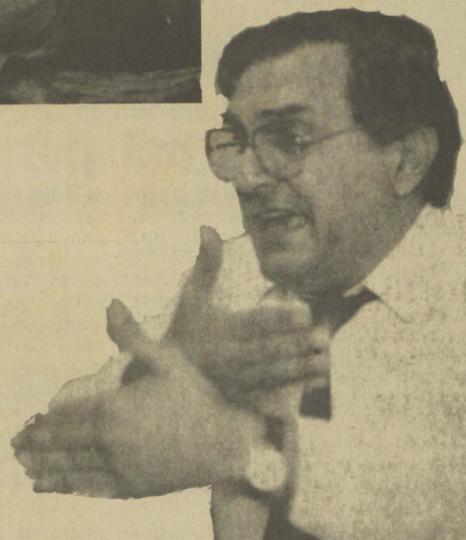
A saga do povo salvadorenho, pano de fundo do filme de Oliver Stone, é uma das mais brilhantes páginas da história dos povos da América Latina. Foi em El Salvador, em 1932, que ocorreu a primeira sublevação popular latino-americana liderada pelos comunistas - tendo à frente Agustin Farabundo Martí. Os rebeldes foram esmagados pelas oligarquias locais, que contaram já na época com o imprescindível apoio norte-americano para derrotar o levante dos trabalhadores. Farabundo Martí foi capturado e fuzilado. Desde então, o país nunca mais conheceu um governo que se pautasse pelo respeito à democracia. As lutas populares se sucederam e assumiram o caráter de guerra de guerrilhas.

O ano de 1980 marca uma nova fase nessa gesta revolucionária. Em janei-

ro, surge a Coordinadora Revolucionária de Massas que, poucos meses depois, lidera a formação da Frente Democrática Revolucionária. Em dezembro de 1980 os cinco grupos guerrilheiros que atuavam no país também se unem, formando a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional - FMLN. Juntamente com a FDR, a FMLN dirige os embates por um governo democrático, que defenda a soberania e autodeterminação do país, promova reformas econômicas, sociais e políticas e garanta a liberdade de crença e de opinião. Desde então, é principalmente com o apoio militar, econômico e político norte-americano que o governo salvadorenho se mantém no poder. Mesmo que isso signifique massacrar o bravo povo desse pequeno país.



Nabi (abaixo) e Marin (ao lado) perdem parte do campo de manobra com as decisões tomadas pelo CND.



Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobrelajeira, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BÁHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Ilheus: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro, Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Síndes Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vignário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchessa, s. 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviêdo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotolito, Liarie Fotolitos Ltda. Fone: 85-9738. Impressão Cia Jorpes, Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Tribuna Operária

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cz\$ 260,00
 Anual popular (52 edições) Cz\$ 130,00
 Semestral (26 edições) Cz\$ 130,00
 Semestral popular (26 edições) Cz\$ 65,00
 Trimestral (13 edições) Cz\$ 33,00
 Anual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome:
 Endereço:
 Bairro:
 Cidade: CEP:
 Estado:
 Profissão:
 Data:

CDM

Envia uma carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi, Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Fundação Maurício Grabois

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

“Fiz da nossa casa um comitê eleitoral”

Para fazer frente aos magos da política e às suas companhias multimilionárias, o PC do B de São Paulo apela para a formação de comitês domiciliares, voluntários, em grande quantidade. Na semana passada eles já eram quase 7 mil (veja o quadro abaixo), com a função de “amarrar” os votos nesta fase decisiva em que o eleitor escolhe a chapa completa que sufragará em 15 de novembro.



Fotos: Alton S. Leite

A julgar pela aparência, o comitê domiciliar é um instrumento eleitoral modesto: resume-se a uma casa de moradia (ou bar, padaria, loja, oficina) com uma faixa eleitoral e mais alguns papéis de propaganda para distribuir aos vizinhos, amigos e parentes. A força dos comitês reside no seu grande número, no despreendimento de seus ativadores e no trabalho de formiga que realiza, o chamado corpo a corpo, eleitor por eleitor, que ganha prioridade número um durante o último mês de campanha.

A Vila Siqueira, na extremidade noroeste da capital paulista, vive esquecida, injustiçada, sem asfalto nem esgoto. E como tantos outros bairros passou a abrigar, nos últimos dias, vários comitês domiciliares do PC do B. A região de Brasilândia-Freguesia do Ó, onde fica Vila Siqueira, já formou mais de 400 comitês desse tipo.

“Sabe uma coisa? Traz a faixa!”

Jurandir Vieira, que mora na Siqueira com os pais e três irmãos, registrou, com precisão de contabilista (é a sua profissão), os comitês que vem formando. “Eu já tenho umas 15 casas no bairro que estão esperando a faixa; mais minhas cinco irmãs casadas e umas amigas das minhas... Espero que até sexta-feira vamos ter umas 60 casas” - avalia.

Trabalhando o dia inteiro numa firma de construção, e chegando em casa às 20 horas, Jurandir queixa-se de pouco tempo para esse trabalho.

Em compensação, conhece o bairro “como a palma da mão”, pois mora ali há 16 anos, e está formando comitês também em vilas próximas, como a São Joaquim e a Carumbé.

Ele está há apenas um mês em campanha, para eleger Benedito Cintra deputado estadual e Aldo Rebelo federal. “Entre nessa briga - conta - com um objetivo único que era a luta pela Siqueira; aí, fiquei gostando...” Ele e Mauro Sérgio, um vizinho e companheiro de campanha, percorreram as casas e conversam com cada morador. Nem sempre é fácil. Seu Luís, por exemplo, recebeu-



o com uma sonora negativa: “Eu vou ser franco, político é sempre a mesma coisa”, asseverou. Foi preciso meia hora de argumentos, mostrando que a política do PC do B é de outra natureza, para convencê-lo: “Sabe de uma coisa? Traz a faixa!”.

Justamente as faixas, ou melhor, a carência delas, foram até há pouco um ponto de estrangulamento na formação dos comitês. Lutando com dificuldades financeiras, o partido só agora conseguiu imprimir 106 mil faixas, em plástico, com os nomes de todos os seus candidatos em São Paulo. Na sua própria faixa, Jurandir terminou afixando outra faixa, de pano, aceitando uma sugestão de sua mãe. Mas ele se orgulha de não receber nenhuma compensação material por sua participação na campanha: “Tem um amigo meu, que mora na Vila Bancária, que tira mais de 10 paus por mês trabalhando para o Maluf. Mas eu não; entrei foi já de coração, primeiro pela Vila Siqueira e depois por todas as outras, porque vi que era bom”.

“Ganhar dinheiro seria covardia”

Ali perto, na Vila São João Batista, dona Maria da Silva Santos, assim como dona Josefa e outros vizinhos, constituiu comitês de um tipo diferente, pois há muitos anos acompanha e apóia a atuação de Benedito Cintra, primeiro na Câmara

de Vereadores e depois na Assembleia Legislativa. Dona Maria, viúva, aposentada por invalidez, com 48 anos, três filhos crescidos e vários netos, está há meses em plena campanha: “Eu digo - votem no homem que é um homem de coragem - e isso aí aquele baixinho é mesmo. Eu sempre estou conversando isso com a mulherada na rua”.

Dona Maria relata que sempre foi “muito política”, desde quando morava em Afogados de Ingazeira, Pernambuco, na juventude. “Lá no Nordeste eu fazia porque eles davam as coisas. Mas aqui não. Aqui seria uma covardia. Nem um tostão, porque a pessoa que tem caráter trabalha por consideração ao Benedito.” No bairro, que tem tradição de luta e conseguiu asfalto graças a uma mobilização, sente-se com facilidade a ascensão de Quércia e a defensiva de Maluf na disputa do governo. A única faixa pró-Maluf que havia desapareceu recentemente, não se sabe se arrancada por algum antimalufista ou retirada pelo próprio dono, de vergonha.

A medida que as forças empenhadas na campanha dominam esta forma de organização, fluida, mas eficiente, a multiplicação dos comitês domiciliares começa a ser feita por atacado. Grupos de ativistas percorrem as ruas em mutirões e, ao saírem, deixam sua trajetória pontilhada pelas faixas que foram entregando aos moradores. Outro exemplo foi



Jurandir prega uma faixa em sua casa; abaixo, a multiplicação dos comitês no Jardim Peri e dona Maria (à esquerda), em campanha no bairro com filhos e netos

um minicômio no Jardim Peri, bairro da Freguesia, improvisado numa tarde de sábado aproveitando uma distribuição de tickets para obtenção de leite. Num rápido discurso, Cintra explica as propostas do partido e faz seu chamamento à audiência, formada quase exclusivamente por mulheres: “Nós do PC do B pedimos que o pessoal aqui converse com os vizinhos, com os amigos, no emprego, para aumentar nossa campanha. Nós queremos que aqui no Peri se formem milhares de comitês.” E realmente, num piscar de olhos, dezenas de faixas se distribuem de mão em mão.

“Eles mesmos vêm pedir material”

No outro lado da Grande São Paulo, em Santo André, dona Carmen, dona-de-casa, relata sua experiência - só na véspera ela constituiu 20 comitês domiciliares, na Vila Suíça e Vila Lesita. Sua tática consiste em começar pelos vizinhos, amigos e parentes, depois os amigos e parentes destes e assim por diante. “No começo - ela recorda - muita gente não aceitava, mas depois que a TV começou a divulgar, e com o Quércia crescendo, a aceitação está ótima”. Na avaliação de dona Carmen os comitês domiciliares funcionam de verdade, “porque eles mesmos vêm pedir mais material e mais fichas para mais comitês”...

(Bernardo Joffily)

Eles são 7 mil, por enquanto

Não é fácil controlar e abastecer com material de campanha um movimento com a dimensão dos comitês domiciliares em São Paulo. A estatística caminha sempre atrás da realidade. O levantamento mais recente da direção regional do PC do B, com dados de 7 a 12 de outubro, registrava 6.960 comitês em todo o Estado. Porém faltavam dados de muitos dos 297 municípios em que o partido desenvolve sua campanha (e onde se concentram quatro quintos do eleitorado dos 572 municípios paulistas).

Segundo estes dados, o município de São Paulo somava 3.060 comitês domiciliares, com uma concentração maior na Zona Oeste da cidade, seguida pela Zona Sul. Ao nível da Grande São Paulo, destacava-se o município de Santo André, com 790 comitês. E no restante do Estado a primeira colocada era Campinas, com 800 comitês, seguida de Mogi-Guaçu, com 200.

INDEFINIDOS SÃO 82%

São números consideráveis, porém pequenos diante da verdadeira batalha campal que se anuncia nestas quatro reduzidas semanas antes do 15 de novembro. Estimativas referentes à primeira quinzena de outubro indicam que, mesmo em São Paulo, 82% dos eleitores não haviam definido ainda em quem iriam votar para deputado federal e estadual.

Isto significa também que, a um mês das eleições, está ainda em aberto qual será a composição da bancada paulista na Assembleia Constituinte - que pode variar desde o ex-ministro Delfim Netto, candidato pelo PDS, até o metalúrgico Aurélio Peres, do PC do B. Esta constatação dá uma idéia do papel que os comitês domiciliares têm a desempenhar, pois a maioria indefi-

nida tende a escolher seus candidatos principalmente através do contato direto com as diversas candidaturas. Outros meios de propaganda, como cartazes, out-doors milionários ou modestas pichações, “santinhos” e mesmo os horários na televisão funcionam para projetar imagens, despertar simpatias, mas dificilmente “amarram”, definem, o voto do eleitor. Aí entra a função insubstituível dos comitês domiciliares e seu trabalho miúdo.

CÉLULAS DA CAMPANHA

A vida de um comitê desses varia muito de caso para caso. Alguns deles mal chegam a funcionar. Outros se transformam em verdadeiros centros políticos locais e também se multiplicam, tal como as células de um organismo vivo.

Em geral a função do comitê domiciliar começa pela própria família que o abriga e que coloca na ordem-do-dia a definição de seus candidatos proporcionais. Caso se trate de uma pensão, cortiço ou casa de fundos, o debate obrigatoriamente se amplia para garantir a colocação da faixa na fachada da casa. Isto, porém, é só o começo.

O material de propaganda eleitoral que um comitê destes difunde tem uma eficácia várias vezes superior àquele distribuído numa feira, porta de fábrica ou estação de trem. Junto com o folheto ou com a proposta de chapa eleitoral, vem a argumentação, partindo de alguém que conhece o eleitor, que pode ouvir suas preocupações e responder às suas interrogações. É nesta hora, por exemplo, que podem cair por terra muitos preconceitos anticomunistas ainda presentes no povo. É neste trabalho, pequenino, quase subterrâneo, que se alcança o objetivo específico desta forma peculiar de luta chamada eleição - o voto na urna.